



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 147

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 8 DE NOVEMBRO DE 1986

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

1 — ATA DA 26.<sup>a</sup> REUNIÃO, EM 7 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.1 — Comunicação da Presidência

Inexistência de quorum para abertura da sessão.

1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DE COMISSÃO

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 26.<sup>a</sup> Reunião, em 7 de novembro de 1986

### 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 47.<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Alaor Coutinho*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

— Afonso Sancho - Luiz Cavalcanti — Alaor Coutinho — Arno Damiani.

**O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 4 Srs. Senadores. Não há portanto, número regimental para abertura da sessão.

A Presidência designa para próxima sessão ordinária a seguinte

### ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

**O SR. PRESIDENTE (Alaor Coutinho)** — Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14 horas e 49 minutos.)*

### ATA DA COMISSÃO

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detenha maioria acionária.

27.<sup>a</sup> REUNIÃO, REALIZADA  
EM 4 DE DEZEMBRO DE 1985

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia quatro de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões da Comissão de Economia,

presentes os Senhores Senadores Cesar Cals, Presidente, Jutahy Magalhães, Milton Cabral, Martins Filho, José Lins, Moacyr Duarte, Jorge Kalume, Roberto Campos e Severo Gomes, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária". Comparecem, ainda, os Srs. Deputados Israel Pinheiro e Paulino Cícero.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberto os trabalhos e comunica o recebimento do Ofício n.º 032/85 de 03-12-85, o qual o Sr. Senador Severo Gomes renuncia ao cargo de Relator da Comissão. Em seguida, designa para relator eventual, o Sr. Senador João Calmon.

Continuando, o Sr. Presidente solicita ao depoente, Dr. Eliezer Batista da Silva, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que preste o juramento de praxe.

Com a palavra o depoente fala sobre visão geral da Companhia Vale do Rio Doce, desde suas origens, até a situação atual e, em seguida, coloca-se à disposição dos Srs. Parlamentares para quaisquer esclarecimentos.

Antes de facultar a palavra aos Srs. Parlamentares, o Sr. Senador Cesar Cals, Presidente, solicita ao depoente alguns esclarecimentos.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Martins Filho, Milton Cabral, Moacyr Duarte, Roberto Campos, Severo Gomes e os Srs. Deputados Paulino Cícero e Israel Pinheiro.

O Senhor Presidente comunica que no dia seguinte 5/12 às nove horas e trinta minutos, haverá uma segunda rodada de debates.

Finalizando o Sr. Presidente agradece a presença do depoente e determina que as notas taquigráficas tão

logo traduzidas e revisadas sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

**ANEXO À ATA DA 27.<sup>a</sup> REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1985, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. ELIEZER BATISTA DA SILVA, PRESIDENTE DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Cesar Cals  
Relator: Senador João Calmon (eventual)

(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — A Presidência dá início aos trabalhos desta comissão. Quero participar à comissão que a Presidência recebeu os seguintes ofícios: Ofício n.º 032/85. Brasília, 3 de dezembro de 1985.

"Sr. Presidente, nos termos do pronunciamento feito na sessão de hoje do Senado Federal, comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que renuncio, a partir desta data, ao cargo de relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Aproveito a oportunidade para renovar protesto de consideração e apreço. Senador Severo Gomes".

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

**JOSÉ LUCENA DANTAS**

Diretor Executivo

**JOÃO DE MORAIS SILVA**

Diretor Administrativo

**MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA**

Diretor Industrial

**PEDRO ALVES RIBEIRO**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Via Superfície:

Anual ..... Cz\$ 92,00

Semestral ..... Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Sendo a renúncia um ato unilateral, nós designamos, como relator eventual, nessas duas sessões de hoje e de amanhã, o Senador João Calmon, a quem peço que assuma à Mesa dos trabalhos.

Hoje, teremos o depoimento do Presidente da Vale do Rio Doce, Dr. Eliezer Batista, a quem convido que tome assento à mesa. Dr. Eliezer Batista ingressou na Vale do Rio Doce em 1949, como Engenheiro de Construção, e desempenhou as seguintes funções: Chefe da via permanente, Superintendente da Estrada, Presidente da Vale do Rio de 60 a 64, Ministro de Minas e Energia. Asumiu-se da empresa de 64 a 67, retornou em 67, servindo à Vale do Rio Doce, no exterior, até 79. Presidente da Cia da Vale do Rio Doce deste 79 até a presente data.

Convido o Dr. Eliezer Batista para, de pé, prestar o juramento.

O SR. ELIEZER BATISTA — “Juro, como dever de consciência dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as gestões da Sociedade de Economia Mista, nas quais a União detém a maioria acionária.”

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Dr. Eliezer Batista. Peço que S. S. faça a sua exposição em trinta minutos.

O SR. ELIEZER BATISTA — Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente, Exm<sup>os</sup> Srs. Senadores, demais pessoas. Vou tentar fazer, já que são apenas trinta minutos, uma visão geral da Cia Vale do Rio Doce, desde as suas origens, até a situação atual, ou seja, de onde veio, como está hoje, e para onde irá, ou poderá ir. Então, assim sendo, vamos dividir a primeira etapa do início até 1960.

Nesta primeira etapa, como V. Ex.<sup>as</sup> sabem, a empresa tentou consolidar um programa original de exportação de minério de ferro de milhão e quinhentos mil toneladas, programa esse que foi executado a duras penas, uma vez que houve um interrupção em 42, mais tarde, continuada em 49, e o ponto alto deste período foi a consolidação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, como o maior instrumento de progresso da empresa. Nesta ocasião, começamos a compreender que a empresa, cujo objeto principal era a exportação de minério de ferro, ou seja, o material pesado que tinha que ser transportado a grandes distâncias economicamente, então, a estrada de ferro passou a ser o ponto prioritário dos objetivos da empresa. Isso foi conseguido a duras penas, porque foi um trabalho heróico esse período, no qual, o General Juracy Magalhães prestou uma grande contribuição, pela introdução de austeridade, pela introdução do *élan* que até hoje serve como grande fator motivador da empresa e que explica as realizações que ela tem feito, que, em grande parte, são função dessa enorme motivação, que já vem das origens da empresa.

Até 1960, então, podemos dizer que a empresa atingiu um nível pequeno de desenvolvimento; era uma companhia pequena e modesta de desenvolvimento.

A partir de 1960, começamos a entender que, para sobreviver neste campo, porque no início a empresa se destinava à produção de minério de ferro para o mercado americano, particularmente de minério *lamp* de forno, *open hatch*, nós começamos a entender que apenas com aquele mercado, nós não poderíamos sobreviver e, além disso, o mercado mundial começou a se diversificar por motivos de modificação da tecnologia siderúrgica. Nesse tempo, já tinha aparecido o uso de sinos em alto forno, o uso de minérios bitolados em alto forno. Então, tivemos de fazer uma dramática modificação na estrutura de produção da empresa, diversificando os tipos de minérios a serem produzidos. Então, isso nos levou à noção de operação de sistema, que foi a concepção básica, através da qual, a empresa conseguiu chegar onde está hoje. Esta noção de sistema era a conjugação da produção do transporte, da operação portuária, que já figurava na nossa primeira etapa, composto modesto de Capuava, e com o transporte marítimo e a comercialização no exterior. Isto foi feito durante esse período de 1960 a 74, notando-se os seguintes pontos altos: primeiramente, foi consolidado o problema da diversificação de materiais, porque essa diversificação de materiais tornou-se tão necessária para a nossa sobrevivência, uma vez que os fornos OH, *open hatch*, já estavam em decadência naquela época, e já se afiguravam novos desenvolvimentos siderúrgicos e, se não nos adaptássemos a essas novas condições, evidentemente, perderíamos o mercado. Então, por outro lado, tivemos que, para abrir novos mercados, parece-nos, naquela época, que a única alternativa seria a siderurgia japonesa, porque, no mundo ocidental, nós não tínhamos condições de alcançar mercado para uma expansão. Para atingirmos o mercado japonês, deparamos com as maiores dificuldades, em virtude da enorme distância. O Japão é o ponto mais distante do Brasil e, para atingir o mercado japonês, então, teríamos de resolver o problema da equação marítima, transformando uma distância física, numa distância econômica. Esse foi o primeiro grande desafio, nesse período, e que a Rio Doce conseguiu, com grande esforço de ordem técnica, sair para uma equação de navios. Na época, o maior navio do mundo tinha 35 mil toneladas. Saímos para navios de 100 mil toneladas, quer dizer, o Porto de Tubarão, quando foi concebido, foi concebido para navios de 100 mil toneladas. Além disso, a concepção de transporte combinado petróleo, minério de ferro, cargas de retorno, todos esses itens foram desenvolvidos e campo. Então, o que existe hoje, a grande evolução da navegação, no que concerne ao tamanho de navios, onde os petroleiros depois aproveitaram o desenvolvimento técnico daí resultante, e os projetos de ferro concorrentes com os nossos, particularmente na Austrália, basearam-se nas concepções técnicas de logística,

todas desenvolvidas pela Companhia Vale do Rio Doce durante este período. Então, uma coisa pela qual muito foi nos dado crédito foram as grandes inovações tecnológicas verificadas nesse período, que permitiram à empresa pular de uma pequena companhia insignificante, que não tinha atingido nem os números para os quais ela originalmente tinha sido criada, a passar para uma dimensão muito maior. Quer dizer, para realização desse pulo, entretanto, foi necessário fazer o primeiro grande contrato com o Japão, onde nós introduzimos a noção de contrato a longo prazo, que permitiu os financiamentos, contrato este que passou a ter caráter de uso mundial e que permitiu a construção do Porto de Tubarão. Porto de Tubarão que foi o ponto principal do salto que a empresa deu; de uma pequena empresa, para uma empresa já, embora pequena, de porte mundial, que, às vezes, atingido o mercado mais difícil, os outros mercados passariam a ser atingidos, evidentemente, economicamente.

SR. — Começou em 1979?

O SR. ELIEZER BATISTA — Não, isso eu estou falando do período de 60 a 74. A concepção de Tubarão iniciou-se em 1960. Estou falando, agora, no período de 1960 a 74.

Nessa ocasião, também foi concebida a criação da DOCENAVE. Como disse, a noção de operação e sistema, que hoje, o segredo do sucesso da Vale do Rio Doce é a concepção operacional à base de sistema. Nenhuma empresa no mundo, que compete nesta faixa, tem essa condição, quer dizer, nós operamos a mina, operamos a estrada de ferro, operamos o porto, operamos a companhia de navegação e operamos o nosso próprio marketing, nossa própria venda. E fomos o pioneiro disso também, quer dizer, a primeira empresa e nessa época, foi criada a companhia no exterior. Foi a primeira companhia brasileira que se instalou no exterior, livrando-se de intermediário estrangeiro, passando a ter vendas diretas, feitas pelo nosso pessoal.

Então, foi criada a DOCENAVE, nesse primeiro período em que estava na Presidência da Vale do Rio Doce, como instrumento para adicionar, não somente como braço de venda das nossas operações SIF, quer dizer, a política de venda SIF começou nesta época, não somente para termos a nossa própria frota, mas para podermos operar em sistema, que seria a única maneira de competir, dentro do mercado que já começava a se afigurar difícil, porque sempre o minério de ferro foi um item, a não ser no período da Guerra da Coreia, que deu origem à própria Vale do Rio Doce, onde as condições excepcionalmente nos favoreceram, porque não havia um outro meio de abastecimento para aquele tipo específico de minério, nós, então, fomos, ao virar para o mercado de minérios finos e minérios *lamp* de alto forno, passamos a ter que enfrentar a concorrência mundial, que, durante esse período, passou a se desenvolver paralelamente.

Outro ponto importante foi a questão da introdução da concepção, nesse período, dos chamados *joint-ventures*, para aumentar a sua taxa no mercado, porque chegamos à conclusão de que, a partir de um determinado ponto, a nossa produção de participação, no mercado, estava estagnada num certo nível e, para sair daquele nível, há necessidade de captar o consumidor para participar do empreendimento, passou-se a necessidade, não só no nosso caso, para aproveitar rejeitos de minérios que não eram vendáveis, como no caso, por exemplo, do *pellets-fit*, em material vendável, que, de outra maneira, não seria, contribuindo, portanto, para a economia de mineração, ao mesmo tempo que lhe permitia aumentar a sua participação no mercado, porque o consumidor, ao participar de uma proposição como aquela, num período crítico de mercado, ele teria necessidade de cortar onde lhe doesse mais e não onde lhe doesse menos. Então, nós conseguimos sobreviver nos períodos cíclicos negativos do mercado, através dessa política de participação, que nos permitiu dar esse primeiro empurrão nesse período.

Outro fator importantíssimo, portanto, em decorrência disso, foi o início da industrialização, que nós sempre propugnamos por industrialização da empresa, para não ficarmos eternamente como simples exportadores de matéria-prima. Sempre foi uma política que a empresa desenvolveu, desde os anos sessenta, quando começamos a perceber que haveria possibilidades no processo industrial, processo esse que, evidentemente, o Governo Federal, mais tarde, conferiu à SIDERBRÁS, no decorrer dos anos, atribuição de passar para os programas de produção de aço, nos deixando, apenas, como uma companhia de mineração. Mas, mesmo assim, introduzimos o processo industrial com aglomeração de minérios, sob a forma de pedra. Além disso, nesse período também, foi feita a primeira tentativa de diversificação da empresa que, como começamos a perceber também, com único único produto, à proporção em que a empresa começou a se desenvolver, com um único produto, nós não conseguiríamos, com as oscilações críticas de mercado, com um único produto, a nossa vulnerabilidade nos pontos baixos dos ciclos, nós tínhamos dificuldades em vencê-los e então, começamos a nos preocupar com o problema da diversificação. O primeiro item que se nos ocorreu, que nos permitiu o aproveitamento do sistema, sempre operando com a concepção de sistema à frente, foi a industrialização das madeiras, que o desenvolvimento florestal, que foi iniciado como uma maneira de ocupar certas áreas que tínhamos ao longo da via férrea e de criar transporte para a própria via férrea, com a consolidação da Vitória-Minas, passamos a perceber que a venda de serviço sob outras formas, não somente poderia servir à região muito bem, mas, também, trazer receitas adicionais para nós, aproveitando todo esse sistema para produtos outros que não o próprio minério de ferro. E, aí, entramos com o primeiro projeto de celulose, cuja concepção foi dada nesse período e que trouxe enormes benefícios para nós, abrindo a nação de diversificação, como um fator importante na diminuição de nossa vulnerabilidade, nos ciclos baixos do mercado.

No período de 74 a 79, que foi um período muito difícil na conjuntura mundial, a empresa começou a consolidar a sua posição na área de bauxita, que, nessa época, foram descobertas jazidas de bauxitas na Amazônia, e os primeiros ensaios na área de alumínio, ao mesmo tempo em que começamos a consolidação dos trabalhos na área de alumínio, ao mesmo tempo em que começamos a consolidação da indústria de peletização, que como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, hoje temos seis empresas em pleno funcionamento, o que não só teve um grande efeito sobre a economia na nossa operação de mineração, mas, como disse, com maior valor agregado, nos permitiu aumentar a nossa taxa de percentual de participação no mercado consumidor que em geral se situa, pelas nossas estatísticas e pela nossa experiência, — porque os compradores também têm certos critérios estratégicos em não ficar com muita dependência de um só fornecedor — uma média de 14 a 15%, para passar para 23% da nossa participação no mercado consumidor. Isso — como já disse — baseado nessa concepção de *joint-venture*, que teve um efeito duplo tanto na melhoria da operação mineira como da operação da prestação a mercado.

Nesse período, eu estava no exterior, e quando cheguei aqui, em 1979 encontrei armada esta equação do alumínio, não só o alumínio no Rio de Janeiro, como o alumínio na Amazônia. Então, entramos aí de 1979 a 1985, que foi um período de dificuldades muito grandes do mercado internacional, pois foi uma das épocas mais críticas da siderurgia mundial, talvez somente equalizada por causa da crise do petróleo, e todos esses efeitos que surgiram no mundo inteiro. E, entre nós, todos conhecemos os efeitos causados por esse processo. Agora, entre 1981 e 1985, tivemos outra crise muito grande, principalmente na indústria siderúrgica, que nos atormentou enormemente, justamente por estarmos com os problemas da expansão da empresa, e tudo o mais que deu a origem ao Projeto Carajás. Em 1979 o primeiro grande problema foi o saneamento e a recuperação financeira. Esse saneamento consistiu na venda de empreendimentos que não nos eram rentáveis, quer dizer, vendemos a nossa participação na área de fosfato, de fertilizantes fosfatados em Minas Gerais, que evidentemente para a PETROBRÁS teria outra significação econômica do que para nós, porque para a PETROBRÁS aquilo faria parte de um sistema integrado da PETROBRÁS, e para nós era marginal. E, aliás, funcionou muito bem dessa maneira, e a Rio Doce fez um enorme esforço de recuperação de custos, introduzindo informática em suas operações, em tudo o que foi possível, principalmente na área de campo, reduzindo enormemente o problema de custos em todos os níveis.

Nesse período, foi basicamente consolidada a Vitória-Minas que se transformou, como V. Ex.<sup>s</sup> sabem, sem exuberância de nenhuma natureza, na estrada de ferro mais eficiente do mundo. Hoje, sem nenhuma jactância, não só temos a maior densidade de tráfego do mundo, como estamos transportando numa única estrada de ferro, este ano, 104 milhões de toneladas. Além disso, temos os melhores índices operacionais em estrada de ferro, em qualquer geografia. Isto mostra que a operação em sistema, não só nos conduziu a esse raciocínio globalizado de todo o pensamento econômico ser feito à base de uma otimização globalizada, o que não impede que cada componente específica seja subotimizada per se. Como a estrada de ferro Vitória-Minas sempre foi — como mencionei no início — a viga-metra de todo o nosso sistema, foi absolutamente necessário que ela fosse invulnerável a problemas de natureza técnica, operacional, etc., porque uma vez que ela pifasse o sistema e a nossa confiabilidade em termos de mercado passaria a ser extremamente fraca. E isso representaria a nossa perda de posição em termos de mercado.

Então, nesse tempo também chegamos a constatar, já que a nossa posição de mercado tinha crescido extremamente no período anterior, que as nossas reservas de minério no quadrilátero ferrífero, que também tínhamos que preservar as aglomerações humanas já existentes, como Itabira, etc., bem como a questão de competição com o controle de qualidade, que começou a ficar cada vez mais difícil com a introdução dos grandes concorrentes, como os australianos, que tinham uma geografia muito mais favorável com relação ao maior mercado consumidor, que era o Extremo Oriente, tanto o Japão, como ultimamente a China, Coréia, Taiwan, e mesmo o Sudeste da Ásia. Assim tivemos que procurar uma maneira de não só preservar as reservas do quadrilátero ferrífero para atender ao mercado interno numa política de industrialização crescente, não só atendendo à siderurgia brasileira e procurando exportar através da SIDERBRÁS, aço ou produtos mais elaboráveis, como ainda preservar as jazidas, a fim de que as comunidades pudessem ter uma vida longa. Compramos, assim, as grandes reservas da ACESITA, abrimos novas minas em Minas Gerais, como Timbopeba, Ipanema e outras mas, mesmo assim, chegamos a conclusão que não seria suficiente nem para nós mantermos a nossa posição no mercado, já conseguida a duras penas na década de 70 particularmente de 68 a 74, que foi a época mais dura do mercado, onde nós crescemos enormemente em 10 milhões de toneladas para mais de 50 milhões de toneladas.

Então, para conseguir manter essa posição de mercado e, ainda, para poder expandir mais, porque visualizávamos também nesta época, possibilidades novas de mercados — como, por exemplo, o caso chinês, que

efetivamente está acontecendo, países novos que começaram a entrar na área siderúrgica, o mundo árabe, etc., — nós começamos a diversificar numa enorme geografia mundial, onde o efeito da companhia de navegação passou a ter uma posição extremamente importante.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que o segredo de tudo isso é que vamos ter maior flexibilidade para operar como sistema, cobrindo tudo isso ao mesmo tempo. Então, numa época em que todo o mundo soçobrou, nós não só sobrevivemos, como o fizemos em condições sólidas.

Mas, para atender isso, tivemos um grande dilema: ou estagnarmos e perdermos a participação de mercado já conseguida anteriormente, ou consolidarmos inclusive qualitativamente, porque começamos a perder terreno pela perda de qualidade.

Agora, já que as jazidas vão ser exauridas, evidentemente que a qualidade do minério vai deteriorando e o custo vai subindo.

Hoje, no quadrilátero ferrífero, mais da metade de nossa produção é à base de minério de concentração e não de minérios à base de concentração natural, como é o caso de Carajás.

A opção que nós tínhamos era ou fazer Carajás, ou estagnarmos e perdermos a posição de mercado e entrarmos em declínio. Não havia alternativa, porque a nossa diversificação não estava ainda como está hoje. Atualmente — para V. Ex.<sup>s</sup> terem uma idéia —, o ferro representa no faturamento global do sistema da Vale do Rio Doce, apenas 58%.

A companhia de navegação e serviços representa já 8% da receita da empresa. Então, o efeito de diversificação já está tendo uma influência, hoje, de grande importância.

Essa decisão de Carajás era muito difícil, primeiro pela conjuntura mundial. Já mencionei a questão da crise, mas isto, por outro lado, foi um estímulo, porque são em momentos de crise que para a realização de um projeto, como este, tem-se que calcular muito bem a evolução do ciclo — é preferível começar num ciclo negativo e acabar num ciclo positivo, do que o inverso.

Isso foi intensiva e extensivamente estudado para que, ao tomar a decisão, nós tivéssemos um mínimo de probabilidades de acertar num ciclo positivo, o que felizmente ocorreu. Então, passou a ser a questão de como financiar um projeto desses em condições difíceis, não só no Mundo, como internamente, na empresa. Como disse, esse processo de saneamento foi muito difícil, pois em 1969, a Companhia estava no vermelho. Foi um esforço gigantesco de, ao mesmo tempo, conjugar o saneamento interno, planejar esta expansão na área da nossa linha principal de atuação, que era o minério de ferro ainda, e concretizar esses projetos de alumínio que, como disse, recebemos das administrações anteriores e tivemos que continuar porque nos pareceram projetos cabíveis. A Rio Doce estava num processo de diversificação e isso parecia encaixar economicamente dentro deste contexto, ainda que usando a teoria de aproximação à base de sistema.

Nesse período também, nós consolidamos a questão do uso da informática na redução de custos, principalmente na área operacional, que permitiu reduzir os custos adicionalmente e só para dar uma idéia do enorme efeito do saneamento de *management* da empresa, em 1969, nós tínhamos 33.325 empregados; em 1984, nós tínhamos 31 mil, com todo esse progresso e com toda essa diferença de faturamento que, em 79, era de 1 bilhão e 474 milhões de dólares, e em 84, de 2 bilhões e 157 milhões de dólares de faturamento.

Vêem V. Ex.<sup>s</sup> que o número de empregados do sistema passou de 33.375 para 31.844, já incluído o pessoal operacional ligado a Carajás. Para informação de V. Ex.<sup>s</sup>, já estão ocorrendo os testes do porto e da mina, e podemos entrar em plena operacionalidade no mês de janeiro; grande parte do pessoal de Carajás já está engajado lá e, então, o faturamento aumentará enormemente ainda, com aumento quase insignificante do número de pessoas. Isso mostra o crescente aumento de produtividade da empresa, que é um dos fatores que nos conduziu a essa situação de custos baixos e de rendimento econômico satisfatório.

Além disso, nesse período nós iniciamos a questão do ouro, que passou a ter para nós — principalmente nesse projeto da Bahia — uma enorme significação,

pois não só introduzimos tecnologias inteiramente novas e revolucionárias, como aliciviação por pilhas, cujos resultados estão surpreendendo a todos, como entramos com uma mineração em grande escala convencional, que vai ser o projeto de Araci, na Bahia, onde o futuro da empresa conta muito com a sua evolução, uma vez que dispomos de reservas já mensuradas.

Além disso, esse é um documento muito importante, porque ao operar integralmente dessa maneira, nós somos obrigados isso desde o tempo de Tubarão — a promover portos, pois não adiantaria nada nós termos esses portos grandes, que na concepção desse sistema amplo permitiu o primeiro pool de Tubarão, foi necessário que também no exterior nós tivéssemos portos.

No início de 60, conseguimos um porto na Iugoslávia, cuja concepção foi nossa e que permitiu entrarmos não só no mercado da Europa Central, como Áustria, Tchecoslováquia, Hungria, etc, utilizando as ferrovias iugoslavas com iniciativa e investimentos totalmente feitos pelo governo iugoslavo, que nos permitiu não só utilizar melhor o próprio Tubarão, como abrir mercados novos e estimular a evolução do porto de Roterdam — poucas pessoas sabem disso — em decorrência de parâmetros novos inteiramente revolucionários no processo de navegação. Isso tudo foi trabalho pioneiro feito pela Cia. Vale do Rio Doce. E, ultimamente, para essa nova escala operacional para navios de 300 mil, e agora estamos já começando na faixa de 375 mil para atingir o Oriente, porque os concorrentes começaram também a desenvolver coisas semelhantes, melhores portos, etc.

Esse processo é extremamente dinâmico; fomos obrigados, paralelamente, a desenvolvermos os nossos próprios portos adicionais, vamos operar Carajás com navios de 300 mil e 375 mil toneladas, que é a nova geração de navios que vão operar o extremo Oriente, para continuarmos competitivos com os australianos que melhoraram sua posição e que têm uma geografia muito mais favorável, levando em conta, ainda, o transbordo para portos menores, porque para nós atingirmos o mercado chinês, por exemplo, temos que usar um porto maior, uma vez que a plataforma continental da China é muito rasa e não permite navios grandes. Então, tivemos que desenvolver a noção do chamado "porto asiático". Isso é uma criação nossa, aceita pela Coreia que vai inaugurar, já no próximo ano, o primeiro porto asiático que permite toda essa operação de cargas conjugadas, cargas combinadas, e que permitiu toda essa facilitação da entrada, economicamente competitiva com os concorrentes mais próximos, em países que não dispõem de portos grandes.

Nesse contexto é que surgiu também a questão da utilização, que é uma função básica no objeto de criação da Vale do Rio Doce, é a sua função de desenvolvimento com relação à área em que ela atravessa. Por que não usar esse sistema todo integrado também para outros produtos? Foi aí que surgiram as noções do tipo Projeto Cerrado, que foi uma promoção visando a utilização dessa infra-estrutura a serviço de outras riquezas no País, para utilização de mesmo sistema, quer dizer, a cinergia da utilização desse sistema a serviço do desenvolvimento de outras riquezas que não seriam economicamente viáveis em termos de mercado interno e, principalmente, em termos de exportação senão cinergizada dentro desse contexto de sistema. Tanto o Projeto do Cerrado, como o desenvolvimento potencial que temos para o Nordeste, uma das consequências mais benéficas que acreditamos trazer para o Projeto Carajás, será o efeito sobre o Nordeste, desde que, dentro dessa noção de sistema nós desenvolvamos uma componente de transporte de cabotagem suficientemente econômica para se energizar o sistema desta maneira.

Quero perguntar, para onde estamos indo? Acho que aqui está o maior capítulo da empresa que reconhecendo as realidades mundiais e, principalmente, a evolução da tecnologia de novos materiais, de novos produtos, que estão competindo dramaticamente com os nossos produtos, o que se chama hoje de tecnologia da ponta, atefa principalmente os metais. Todos conhecem a história do cobre com a fibra ótica para comunicações, todos sabem da luta do alumínio, hoje com os composites, com as ligas, a de alumínio-lítio, por exemplo, está tomando todos os aviões e na próxima geração teremos 50% de composites. A liga de alumínio esta substituindo o próprio alumínio; o ferro perdeu dramaticamente para

os termoplásticos, para o próprio alumínio e nesta luta tremenda, cujo fator principal é o nível tecnológico de aproximação, é a densidade de conhecimento, vai nos exigir a criação de uma nova geração de engenheiros e de técnicos e estamos criando, em Belo Horizonte, um centro de tecnologia onde a educação do pessoal, porque devemos levar em conta que fizemos enorme progresso e grande parte do progresso da Vale do Rio Doce resulta, também, do aperfeiçoamento tecnológico e científico de toda a sua equipe, principalmente de profissionais da área técnica. Em Belo Horizonte estamos criando este pessoal que vai permitir a nossa entrada nesses materiais do futuro, onde temos um projeto conhecido de titânio em Araxá que, evidentemente, na sua primeira fase, visa apenas produzir concentrados para a indústria de pigmentos, mas com um material inteiramente novo, tecnologia própria nossa e que, evidentemente, pretendemos entrar na linha da produção do metal passando pela esponja, porque sabemos que a produção do titânio poderá ter outro elemento concorrente com os próprios metais de que falamos atrás. Então, esta luta tremenda de o que fazer, como fazer e como competir no futuro, é o maior desafio que temos cuja resposta é a educação de pessoal, e a concentração dos nossos maiores esforços na área de pesquisa e desenvolvimento. Temos feito um grande esforço para fertilização com universidades, fertilização com as indústrias privadas nacionais, temos procurado entrar nessas áreas, experimentalmente, e em algumas mais do que experimentalmente já com projetos concretos.

Além disso, para terminar, reconhecido o esforço que a Vale do Rio Doce fez no campo do meio ambiente, reconhecendo que um dos grandes problemas do Brasil, que é a devastação de nossa cobertura verde e a deterioração da nossa vida nas áreas industrializadas e mesmo rurais, o esforço que foi feito não só preventivo em Carajás, exemplo único no mundo, é a única empresa que tem um Conselho de Ecologia, e que qualquer decisão empresarial que afete o equilíbrio do meio ambiente, nós temos um conselho que é consultado, e não tomamos definição nenhuma, antes que avaliemos perfeitamente os efeitos daquilo sobre o meio ambiente. Uma visita a Carajás, lhes dará uma idéia do que foi feito neste sentido, o que é um exemplo para o mundo inteiro no que concerne a este ponto delicado, para o Brasil; porque a Amazônia é realmente um negócio muito delicado e acreditamos que esta contribuição trará um grande efeito sobre o restante do País, com efeito de demonstração.

Quero terminar dizendo que tudo isto foi feito à base de um trabalho de equipe; na Rio Doce, ao contrário do que parece, as decisões são feitas à base de colegiado, somos uma das poucas empresas que trabalham inclusive com círculos de qualidade, coisas desse tipo, para permitir o aproveitamento das melhores idéias; todas estas decisões são feitas à base de números, de intenso crivo do lado técnico porque não tomamos nenhuma decisão econômica a não ser depois de um crivo técnico, levando em conta, inclusive, o efeito futuro. Nas decisões de Carajás, por que inverter em ferro? Todas essas análises, da evolução dos outros metais, minerais, e produtos que viriam eventualmente competir. Tudo isto foi levado em conta.

Então, este trabalho de equipe, essa austeridade que a empresa sempre utilizou desde a sua origem, é em grande parte responsável pelo êxito alcançado e que apesar de toda esta conjuntura difícil nós, hoje, temos uma situação financeira absolutamente sólida, o nosso índice de liquidez que era de 1,22, hoje, é de 1,65, ou seja, para cada cruzeiro de dívida, temos 1,65 cruzeiros a receber, quer dizer, a situação de solidez financeira da empresa é absolutamente evidente. Agora o mais importante de tudo isto é que vemos a importância da definição dessa estratégia é que ela nos transmitiu uma projeção que poucas empresas no mundo têm: uma projeção de futuro com pouca vulnerabilidade — vulnerabilidade sempre temos — mas com os programas equacionados a longo prazo. Se nós estamos tomando uma decisão hoje, estamos levando em conta o que vai acontecer daqui a 10, 15, 20 anos, sempre procurando minimizar o nosso risco de futuro empresarial. Basta V. Ex.ªs verem o que está acontecendo no mundo, na área de companhias semelhantes a nossa. Temos

uma grande exemplo da MAX, recentemente, que era vedete das companhias de mineração, extremamente eficiente em tudo, e que está à falência, está em liquidação. E não é este o único exemplo que eu tenho, existem dezenas de outros exemplos.

Neste ponto temos uma grande confiança de que, com esse planejamento estratégico da empresa, estamos com o nosso futuro assegurado de uma maneira extremamente sólida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes de facultar a palavra aos Senadores inscritos, temos três assuntos que foram colocados aqui em outras reuniões, que eu gostaria de um esclarecimento do depoente.

O primeiro é sobre a emissão de debêntures: Nós desejaríamos saber, claramente, se a emissão de debêntures teve por causa a motivação, o desejo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, e se isso era uma decisão de Governo que foi transmitida à diretoria por algum Ministro?

A segunda pergunta: se V. S.ª considera que a tarifa de energia elétrica, subsidiada do alumínio, foi importante para as empresas virem para o Brasil, investir na Amazônia, e se V. S.ª considera que isso é um financiamento ao Tesouro japonês, como no caso da ALBRAS?

A terceira pergunta, que foi deixada aqui em outras oportunidades, é se quando V. S.ª esteve ausente do Brasil participou das decisões de uma empresa concorrente da Vale do Rio Doce, no Projeto SHELL?

O SR. ELIEZER BATISTA — Primeiramente, sobre a questão da privatização: nem da parte do Governo, nem de nossa parte, nunca houve o pensamento de privatização da Vale do Rio Doce. A única necessidade que nós tínhamos era de, reconhecendo o Governo a incapacidade com o combate à inflação, aportar recursos próprios para o nosso programa de expansão, deixando para nós uma maneira de resolver o problema da obtenção de recursos para a execução do Projeto Carajás, como uma solução a ser dada de maneira viável, dentro das condições da época.

Nunca passou pela cabeça de ninguém da administração da Vale do Rio Doce fazer esse lançamento de debêntures, com o intuito de privatizar a empresa. Isso foi feito no intuito de levantar recursos mais baratos, muito mais do que isso, estrategicamente posicionados, porque o problema é o valor da função no tempo. Se nós não tivéssemos levantado aqueles recursos naquela época, não teríamos alavancado os empréstimos correspondentes ao Grande Carajás. Não é o valor que importa, é a alavancagem que aquilo representa para o levantamento do dinheiro sob a forma de empréstimos. Porque, a debênture, ao ser conversível permite entrar o dinheiro como capital próprio; então, melhora todos os índices financeiros; o capital de terceiros, posição essa requerida por todos os banqueiros para lhe emprestar dinheiro. Ora, se nós não tivéssemos tomado aquela decisão, certamente não teríamos levantado o dinheiro necessário à equação do Projeto Carajás. E se o Projeto Carajás não tivesse sido lançado naquela época, em termos de mercado, não teríamos sobrevivido, porque a concorrência já teria lançado outros projetos — e uma das grandes virtudes do nosso Projeto foi inibir concorrentes de outros países — e nós não teríamos realizado o nosso, porque é a oportunidade da decisão — é aquilo que eu disse antes, do valor estratégico de uma decisão. Isso tudo tem que ser encarado sob um aspecto global, e não sob um aspecto microespecífico.

Para terminar, Sr. Presidente, nunca ninguém do Governo nos falou em privatização; nós compreendemos perfeitamente que o problema do Governo é o combate à inflação, como se está fazendo exatamente agora, a mesma coisa que está se fazendo com a PETROBRAS, agora. Não tendo outra maneira de levantar o dinheiro por aporte do próprio Governo, nós somos obrigados a recorrer a um mercado privado de capitais. Mais ainda, devo dizer que fomos criticados acervamente na época, porque estávamos tirando dinheiro da área privada para passá-lo à área governamental.

Todo conhecem, por exemplo, a posição da BRAS, que tomou posição por escrito. Os jornais da época disseram que tirávamos dinheiro da área privada para passarmos à área governamental.

Quanto à segunda pergunta, diria que o problema de energia é que o Brasil construiu a Usina de Itaipu. Nós recebemos, na sua administração, como Ministro, o Projeto de Tucuruí. Então, a alternativa é a seguinte: já que o Projeto está sendo construído, vamos examinar o que fazer com essa energia que está disponível. E o item mais compatível, com a economia da Usina de Tucuruí, é o alumínio, porque é uma indústria intensiva, e a alternativa qual era? Era o consumo de Belém, e o consumo urbano de Belém é pequeno. Então, um grande item que pudesse consumir a energia, transformando aquilo em produtos exportáveis, dentro de condições de mercado, porque não se vai produzir um produto para o qual não se tenha comprador. Quer dizer, tudo isso foi estudado dentro de uma economia de mercado.

O item que foi encontrado foi o alumínio, e a alternativa era não ter coisa nenhuma, pois o custo para o País seria muito maior. Quer dizer, a Usina ficaria lá e não teria consumidor para ela, em vista do custo elevado que, eventualmente, teria. Então, o problema visto do ângulo japonês é um problema de mercado como outro qualquer. E a Rio Doce sempre procurou aproximar os problemas dela começando pelo mercado, pois a aproximação pelo mercado é que nos deu a solidez que nós temos hoje, porque vendemos um produto que sabemos produzir economicamente. Não adianta se meter numa indústria, produzir um produto e depois procurar mercado, depois que o capital já está empatado. A vulnerabilidade da falta de mercado é um fator extremamente negativo, principalmente com produtos dessa natureza. E nós devemos procurar ter o mínimo de confiabilidade que o consumidor exige, do contrário ele não poderá depender de um produto que não tenha essa estabilidade de fornecimento.

V. Ex.<sup>as</sup> têm um exemplo atual da luta do estanho que, além de outros fatores, o principal foi a catástrofe dependência no suprimento do metal pelas manipulações do cartel do AITC, que conduziu a esse fracasso inteiro. Então, nós não podemos ignorar as realidades de mercado. Nós estamos competindo em termos mundiais e todos esses valores são calculados e mensurados em termos mundiais, não é o mercado A, B ou C.

Eu acho que se a concepção original do Governo foi criar um projeto para desenvolver a região amazônica, respeito este posicionamento, porque é a única maneira de se tirar uma região daquela do subdesenvolvimento e criar novas riquezas, alguma coisa tem que ser feita. V. Ex.<sup>as</sup> imaginem o seguinte: o próprio Projeto Carajás, se eu tivesse que chegar lá hoje e comprar a jazida por um valor qualquer, ao submetê-lo numa equação econômica, o Projeto me daria prejuízo. Quer dizer, algum sacrifício inicial tem que ser feito. Agora, o dimensionamento desse sacrifício e as estimativas originais do Projeto, comparadas com os custos finais obtidos da realização do Projeto, é um outro processo. E além disso, a economia do negócio a 100% de carga de funcionamento e a economia do Projeto em carga parcial são outros fatores.

Bem, Sr. Presidente, com relação à última pergunta de decisão em assembléia de uma empresa concorrente da Vale do Rio Doce — quero dizer que de 1964, quando saí da Vale do Rio Doce, até 1967 trabalhei em uma empresa privada aqui no Brasil, porque fui convidado dentro da minha área profissional, eu estava sem emprego, e tive muito orgulho de trabalhar lá com um grupo de primeira qualidade. E quando saí, em 1967, voltando para a Europa a convite do Prof. Dias Leite, mantive uma ação da empresa, como acionista, como outro qualquer. Esta ação, evidentemente, nunca participei de assembleias gerais, a esta ação, lhe dá o direito de votar numa assembleia como qualquer um de V. Ex.<sup>as</sup> que queira, ou que tenha uma ação de empresa qualquer. Eu nunca participei de decisões, ou conselho de administração, ou de diretorias, apenas como detentor de uma ação que me dá direito por razões de ordem sentimental, porque aquele período foi difícil da minha vida, mantive esta ação e me desfiz dela em 1984, mas que me dava o direito a participar como acionista de uma assembleia geral de uma empresa. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra, o nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO — Sr. Presidente, em seu discurso ontem, em plenário, o Senador Severo Gomes argumentou que a Comissão não tem lhe dado condições de trabalhar.

Acontece que nas reuniões que participei — eu sou suplente desta Comissão — nós aprovamos todos os requerimentos feitos pelo Senador Severo Gomes, no sentido de convocar aquelas pessoas que S. Ex.<sup>a</sup> acha conveniente para os esclarecimentos e para sanar, porventura, algumas dúvidas que possa ter.

Lamentamos muito a renúncia do Senador Severo Gomes, como relator desta CPI, porque pelos seus conhecimentos, pela sua eficiência e, acima de tudo, pela sua inteligência, muito concorreria para o êxito dos trabalhos desta CPI.

Mas, eu gostaria de levantar aqui uma questão, no sentido de que, anteriormente, a Comissão decidiu, pela maioria de seus membros, para encerrar os trabalhos ou as tomadas de depoimentos em relação à Companhia Vale do Rio Doce, ainda neste ano Legislativo. Então, é o apelo que eu faria, neste instante, ao menos para que amanhã se ouvisse o último convocado — o Sr. Gabriel Guerreiro — e que para o próximo ano, no início da reabertura do Congresso Nacional, se passasse a tomar os depoimentos dos membros, daqueles que interessassem pela elucidação em relação à ELETROBRÁS, ao Banco do Brasil, e outras empresas estatais que, porventura, alguns membros desta Comissão possa trazer aqui para que sejam investigados ou acompanhados os trabalhos dessas estatais.

Eu gostaria, nesta oportunidade, lamentar que o nosso companheiro tenha renunciado, mas já nos assegurou que continuará fazendo parte da Comissão, o que muito concorrerá para o êxito — repito — dos trabalhos desta CPI; ao mesmo tempo felicitar o depoente pelos esclarecimentos que nos trouxe e fez ainda mais, em relação à minha pessoa, realçar aquela satisfação em ser brasileiro e termos uma empresa do suporte da Vale do Rio Doce.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O Presidente também lamenta a renúncia do Senador Severo Gomes. Não só da posição de Relator, não só pela sua competência, pela eficiência, pela assiduidade e pela maneira como S. Ex.<sup>a</sup> busca o esclarecimento. Desejo dizer que, embora nós estejamos cumprindo uma orientação, uma decisão da Comissão de tentar concluir a CPI Vale do Rio Doce, neste período Legislativo, isto não importa que amanhã nós voltemos a convocar, em caso de qualquer dúvida, alguma pessoa ligada à Vale do Rio Doce indiretamente ou por atividades ligadas à Vale do Rio Doce.

A idéia da Presidência, já que o problema de energia subsidiada na Região Norte está muito ligada à Vale do Rio Doce, é na primeira reunião do próximo período Legislativo, convocar o Presidente da ELETROBRÁS, porque entendo que há uma seqüência de assuntos, que é mantida.

Com a palavra, o Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, Sr. Relator, illustre depoente:

É muito agradável ouvir uma exposição proferida por um homem que tenha larga experiência, como acontece com o Dr. Eliezer Batista.

Na sua exposição, esses dados, esses números criam uma expectativa muito grande em todos nós e uma grande curiosidade. Lamentavelmente, as limitações do momento não vão permitir a satisfação de muitas dessas curiosidades, mas devo limitar-me tão-somente aos pontos centrais que motivaram a criação da Comissão.

Eu distingo dois pontos importantes: o primeiro é o universo técnico-industrial e comercial da Vale do Rio Doce, que mereceu a maior atenção por parte do nobre depoente, e eu começaria a fazer algumas perguntas que selecionai, porque sei que não vou poder esgotar a minha curiosidade, mas vou fazer algumas perguntas relacionadas, inclusive, com depoimentos anteriores, porque considero da maior importância a oportunidade de esclarecer esses pontos.

Começando, por exemplo, com o problema do alumínio onde a Vale tem uma participação importante. Foi dito aqui por outros depoentes de que, por exemplo, o problema da alumina no Brasil tende a se tornar

sério, grave, porque a Vale Sul, que é uma empresa controlada da Vale do Rio Doce, provavelmente terá que importar alumina na medida em que esta produção, no Brasil, fique toda ela mobilizada pelas grandes empresas que estão começando a produzir no Norte do País. E a mineração Rio Norte não está se preparando ou não tem projetos para cobrir essa deficiência futura, que talvez não seja nem em um futuro muito distante, e que esse é um problema que está de certo modo preocupando o meio dos que produzem alumínio.

Perguntaria ao Dr. Eliezer o que S. S.<sup>a</sup> tem a dizer a respeito.

O SR. ELIEZER BATISTA — O projeto da ALBRÁS foi concebido como ALBRÁS-ALUNORTE. Ao consolidarmos a nossa posição no alumínio, evidentemente que o nosso maior interesse seria ficar em toda linha; a mesma coisa do sistema que falamos anteriormente para a nossa operação global, especificamente dentro do alumínio a nossa idéia seria ter bauxita, alumina e o metal no mesmo sistema. E, eventualmente, até a fabricação porque o centro de gravidade da rentabilidade, quase sempre é a jusante, então, quanto maior o valor agregado também o centro de rentabilidade desloca-se para jusante.

É como foi dito pelo Projeto Carajás: a consciência da questão do problema econômico e a questão da equação financeira dentro do problema econômico. Se nós não tivéssemos tomado todas as precauções de não nos endividarmos — e temos enormes exemplos, da Nuyset, de endividamento no estrangeiro — não teríamos conseguido saneamento financeiro nosso, que foi fundamental para nos lançarmos num projeto dessa dimensão. No caso específico da alumina ela foi vítima da grande crise do alumínio mundial, porque hoje o panorama do alumínio não tem nada a ver com o panorama do alumínio de cinco anos atrás, as chamadas grandes, não são mais grandes. A London Metal Exchange mudou todo o panorama do alumínio. Tem-se o alumínio russo, do Egito, do Durval, do Bahrein, vendidos à base da London Metal Exchange.

Nesse primeiro tempo os países industrializados chegaram a conclusão que o problema da crise de energia, veja por exemplo, o Japão de 1 milhão e 500 mil toneladas de alumínio passou a fabricar 250 mil toneladas. Por quê? Porque a energia é cara demais no Japão, e a geografia do alumínio ou de qualquer outro metal vai para a zona onde ele é economicamente viável para competir em termos mundiais. Como decorrência disso, houve um excesso de produção de alumina, não só por essa razão, porque as correspondentes produtoras de alumina para a capacidade do metal instalado em certas geografias passaram a não ter mercado. Além disso, houve um superdimensionamento da produção de alumínio, em países como a Venezuela que construiu uma gigantesca usina de alumínio e outros que por diversos outros motivos, do tipo Suriname e Guiana, etc, passou a um excesso de oferta no mercado de tal ordem que a relação é mais ou menos a seguinte: hoje compra-se alumina no mercado mundial a 100 dólares, quando o custo da produção em expectativa para nós da ALUNORTE é de 250 dólares.

Então, se dentro desse critério de financiamento manter a companhia sadia para que não se escorregue numa casca de banana dessas que estamos cansados de ver aqui; um problema financeiro joga ao colapso todo o empreendimento, inclusive a sua motivação econômica, inteiramente; isso é um componente da maior importância. O custo financeiro hoje é um dos fatores mais determinantes na saúde de qualquer empresa.

Então, como a projeção dessa situação, desse cenário de alumina, no mercado mundial, vai durar alguns anos, nós decidimos pautar o desenvolvimento da ALUNORTE mesmo que isso nos seja um pouco mais caro, nós continuaremos a inverter ali, mas numa velocidade menor para minimizar as nossas perdas potenciais, quer dizer, nunca perdemos de vista que o nosso interesse, o nosso objetivo é também do alumínio operar a base de um sistema integrado, que é aí que se vai ganhar dinheiro e temos condições de melhorar a nossa produção no dia em que estivermos trabalhando desta maneira. Agora, para isso, temos que crescer por etapas.

Além disso, a importação dessa alumina, intermediariamente, não está sendo feita e também foi concebida dentro da mesma noção de globalização a qual nos referimos anteriormente. Não estamos pagando isso em divisas, estamos usando esse potencial de compra, como potencial de venda, como alavancagem para venda de seus produtos. No fundo, estamos pagando materiais que temos em excedente, pagamos essa alumina que estamos exportando para conseguir um produto barato na base do metal, sem o qual não podemos competir. Esse é que é o raciocínio fundamental ligado a esse problema.

O SR. — Em conclusão, a produção de alumina está condicionada a economicidade do sistema e no momento é mais vantajoso importar do que produzir?

O SR. — Certo, embora levemos em conta a significação estratégica e o nosso futuro dentro daquele contexto.

Mais uma vez vem a questão do valor da função no tempo, isso, visto sob o ponto empresarial, tem um sentido; evidentemente, que visto sob um contexto mais amplo, tem outro sentido. Somos obrigados a ver dentro do contexto empresarial, somos obrigados a dar os resultados da empresa a cada ano, assinar balanços, etc. Então, V. S.ª como empresário, compraria alumina no mercado a 250 dólares ou deixaria de comprar a 100 dólares para produzir a 250 dólares? Como é que ficariamos com o nosso custo?

O SR. — Essa é a explicação.

Com relação à ALBRÁS — a Vale é associada com os japoneses. Foi dito aqui que esse foi um mau negócio feito pela Vale do Rio Doce. Existe um acordo de acionistas, além do que está comprometido no contrato social, na ALBRÁS?

O SR. — Não, os acordos que existem dentro disso são conhecidos, são esses acordos que já aí existem. O problema do Japão, foi um problema de mercado. Já disse as origens da ALBRÁS e da ALU-NORTE. Claro que o problema do Japão está no mercado de alumínio como em outros casos, também, como um problema de mercado. Porque a coisa mais importante para nós é o mercado. No momento em que o Japão decidiu, aliás não somos só nós, outros países estão fazendo a mesma coisa, a Venezuela é outro exemplo. Tem-se que produzir aquilo que se consegue vender e evidentemente, que o acionista do outro lado, o capital que está sendo invertido na ALBRÁS, um capital extremamente barato, quer dizer, tem esse outro lado, também com a garantia do mercado e preços a serem discutidos no mercado internacional. Razão essa, pela qual, até hoje não chegamos a um acordo de preço. Isso é um problema que está sendo discutido, permanentemente, principalmente à luz do câmbio da conjuntura mundial de alumínio. Como disse aqui antes o alumínio é um dos metais que mais está sofrendo sob o impacto, não só dessa quebra da estrutura mundial do mercado de alumínio, London Metal Exchange, no caso, mas principalmente pela concorrência dos chamados novos materiais. As próprias ligas de alumínio-lítio, os compostos, o próprio ferro, e o aço de qualidade.

A economia global do negócio de alumínio é uma coisa dinâmica que tem que ser constante revista; essa é uma luta permanente para o exportar, quem compete no mercado mundial, que tem uma posição muito difícil porque a concorrência, — hoje se tem uma coisa incrivelmente difícil aí, é que esses países, a Venezuela é um grande exemplo, que fazem material subsidiado, o Egito é outra que por uma necessidade enorme de divisas, subsidiam, fazem dumping do material na Bolsa de Londres e nos conduzem a situações de preços extremamente difíceis no campo de metais de um modo geral. Não podemos ignorar essas realidades econômicas na posição de empresa que somos.

O SR. — Os japoneses investiram quanto na ALBRÁS?

O SR. — Hoje o investimento total, — estamos apenas com o primeiro módulo feito — 51% do investimento é nosso e 40% japonês, mas os japoneses adiantaram mais o dinheiro porque na nossa equação de Carajás ficou combinado que, na primeira etapa, a

maior parte fosse capital do Japão e nós passaríamos a maior parte para minizar o nosso ônus financeiro no Projeto Carajás.

O SR. — O financiamento foi em grande parte com o Suppliers Credit?

O SR. — Não dinheiro vivo mesmo, nada de Suppliers Credit.

O SR. — Estou levantando as questões porque isso foi dito aqui.

O SR. — Foi financiamento de dinheiro vivo, aliás altamente subsidiável, valores extremamente baixos.

O SR. — É bom esclarecer isso porque foi dito exatamente o contrário.

O SR. — A maioria do equipamento foram comprados no mercado nacional. Só para lhe dar uma idéia o Projeto Carajás inteiro, 97,7% do Projeto Carajás, foi de insumos nacionais, nós só compramos para o Projeto Carajás — foi o maior suporte da engenharia brasileira, ninguém nunca deu tanto apoio à engenharia nacional do que o Projeto Carajás ou à Vale do Rio Doce como um todo; só se importou para o Projeto Carajás e no caso da ALBRÁS a mesma coisa, aquilo que absolutamente era impossível conseguir no mercado interno.

O SR. — O Sr. poderia precisar qual o índice de nacionalização na ALBRÁS?

O SR. — Não tenho este número, alguém o tem?

O SR. — V. S.ª pode enviá-lo depois.

O SR. — Dr. Eliezer, o Sr. está falando em Carajás, mas qual a previsão de faturamento de Carajás para 86/87.

O SR. — Efetivamente já começou utilizando o porto de Itaquí, este ano vai ser embarcado 1 milhão e meio de toneladas pelo porto de Itaquí, além do manganês que já está sendo exportado, tanto quanto o manganês eletrolítico como o manganês metalúrgico. Agora a partir de janeiro começa a operar o porto — como disse aqui antes estamos testando tanto a parte do porto quanto a parte da mina e tecnicamente não há problemas, entraremos em funcionamento o ano que vem, digamos uma base de 15 milhões de toneladas como o previsto, com antecipação como o Sr. Sabe, mais ou menos, de 1 ano. Em 1987 possaremos ao projeto original de 35 milhões de toneladas que é para o qual projeto foi calculado, a sua rentabilidade foi calculada para 35 milhões de toneladas de exportação, do qual o fizemos contratos de venda, não operações de venda propriamente dita, cujos preços seriam discutidos cada ano.

O SR. — Tem idéia de fraturamento?

O SR. — O faturamento para 86 seria de 15 milhões de toneladas; digamos 350 milhões de dólares aproximadamente; tem também o manganês e tudo somado dará de 250 a 300 milhões de dólares.

O SR. — E aí haverá, naturalmente, um crescimento.

O SR. — O salto grande será em 87, porque também não nos interessa, digamos, entrar no mercado com grandes quantidades ao mesmo tempo, porque temos que preservar o preço. O grande esforço da Vale do Rio Doce e nós somos interpretados de maneira adversa, neste sentido, que foi a companhia que mais tem lutado no mercado mundial para preservar preços, não nos interessa quantidade, sempre a nossa preocupação foi o preço, o que interessa é o faturamento. Afinal de contas aquilo ali é uma maneira de receber divisas para o País, nós não estamos como grandes exportadores de grandes quantidades de matérias-primas. Não é esse o nosso interesse. A prova é a nossa política de industrialização que, como já disse aqui, não foi executada antes porque o Governo convencionou de deixar isso para a SIDERBRÁS ou outra empresa na área privada que se ocupam do assunto. Nós então tivemos que nos concentrar cada vez mais na mineração e obter daquilo o máximo que pudéssemos.

Nesse sentido a nossa política é de dosar essas entradas de minério no mercado para não prejudicar o sistema de preços e se se observar o que está acontecendo com todos os outros metais, o cobre, por exemplo vejamos o que aconteceu com o cobre; o estanho — um dos negócios mais bem organizados que existe, hoje, no mercado de mineral e a formação de preços no câmbio do minério de ferro, razão pela qual temos uma certa estabilidade. É claro que a conjuntura — vejamos o que está acontecendo com as comodidades de um modo geral, inclusive as agrícolas.

Gráficos foram mostrados aqui anteriormente sobre essa situação comparativa do ferro com os outros metais. Então esse é um dos objetos da nossa área comercial, que passa quase 9 meses do ano se ocupando com estratégia de preços visando como conseguirmos melhores resultados sem obter abaixamento de preços. Há o outro lado dos países desenvolvidos como é o caso, digamos, do Canadá que é um país desenvolvido, faz política baixista de preço. Uma das nossas brigas, aqui — temos esse problema de country ville de direitos compensatórios nos Estados Unidos contra algumas companhias americanas — a raiz é tudo isto aí porque, na verdade, nós é que devíamos acusá-los de fazer política baixista de preços — e os números dos registros estão aí. Os documentos estão aí para quem quiser ver. A Rio Doce foi pioneira e continua sendo a companhia que mais luta por preço no mercado internacional, razão pela qual temos dado uma certa estabilidade no mercado desse produto porque o aço, como o Sr. sabe, os Srs. produtores sabem da própria crise do preço do aço. Então, se V. Ex.ª comparar a crise do preço do aço como tal, comparar ativamente com a crise ou com o preço do minério de ferro, verá que a queda do minério é muito mais modesta que (?) a (?) Dragem. Tem havido perdas por outros motivos — tem havido altas e baixas. Mas, a queda dos produtos, especificamente o aço, como o caso do alumínio é muito mais dramático. Tudo isto é interligado, são fatores interligados.

O Sr. — V. S.ª acha que a exportação do minério de ferro tem sido mais protegida no mercado internacional do que outros minérios — há um aviltamento do preço da matéria-prima?

O SR. — Há aviltamentos — sinto isto — mas o minério de ferro tem sido relativamente preservado mais do que muitas outras comodidades. Esse aviltamento, em parte, tem razões de toda a natureza, desde o problema de moedas até o problema de estratégia de compradores ou de obsolescência de metais. Falei sobre o problema do cobre — o cobre chegou, hoje, a 60% do preço de 1970. Veja por que isto? Porque a fibra ótica tomou o campo de utilização do cobre. Então, quem vai sobreviver do cobre serão os produtores de custo baixo. É esta a razão, também, que nos impôs a decisão de Carajás — é muito importante essa visualização. Carajás, apesar de ser um projeto financeiramente, de custo elevado e a componente do custo elevado é só a estrada de ferro e nós resolvemos tomar esse ônus, Carajás é um projeto de custo operacional extremamente baixo, aliás, uma qualidade muito alta. Então, no mercado mundial do futuro em que a tendência é cada vez mais o desaparecimento de subsídios, todos os países estão compreendendo que, à base de subsídio, eles não conseguirão controlar as próprias economias nacionais se continuarem dependendo em subsídios da maneira como vinha sendo. Então, esta é uma tendência mundial em combater o subsídio. Só vão sobreviver na área de metais e minerais e em quase todos os outros produtos, os produtores de baixo custo. É esta a razão que nos dá essa confiança grande no Carajás porque nós somos produtores de baixo custo e de alta qualidade. Independentemente da conjuntura de aço, nós temos um fator de independência da conjuntura. Se a conjuntura cair demasiadamente, vamos ser afetados muito menos do que outros produtores que têm problemas de custo de qualidade muito inferiores ao nosso.

O SR. MILTON CABRAL — Sinto-me pressionado pelo tempo mas, Sr. Presidente, é da maior importância mas queria entrar, um pouco, na política de exportação mineral, desde quando S. Ex.ª falou sobre manganês e titânio.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Solicito ao nobre Senador Milton Cabral que seja esta a sua última indagação.

O SR. MILTON CABRAL — Esta não é a última. Eu gostaria de entrar nela mas, diante do fato, eu a deixarei para uma outra oportunidade e quero entrar no problema da tentativa de privatização que motivou, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, até discussões muito grandes, aqui, na Comissão, porque foi dito, aqui, que, realmente, houve uma séria tentativa de privatização da Companhia Vale do Rio Doce e com alguns fatos evidentes, e foi, aqui, nomeado até o nome de grupos nacionais, interessados nessa privatização e foi até citado o Grupo Bradesco e o Grupo Itaú, como uma notícia corrente em São Paulo e não como uma afirmação peremptória de um depoente mas consta em São Paulo que esses grupos estariam interessadíssimos na privatização, tanto que o Bradesco já detém uma participação acionária muito alta na Vale do Rio Doce e que aquela venda — a colocação de 18% de ações da Vale do Rio Doce, equivalente a 250 milhões de dólares — aquela operação teria sido, já, um início desse processo de privatização. Estou repetindo, aqui, esses fatos porque estão gravados, estão nos arquivos da Comissão, mas acredito que seria uma excelente oportunidade para o Senhor comentá-los e deixar esta Comissão bastante esclarecida a respeito.

O SR. — Eu, pelo menos, nunca ouvi falar nisso da nossa parte. Se alguém tenha querido comprar o controle da Companhia Vale do Rio Doce por contra própria lá pode ter esse desejo. Agora, entre se materializar e conceber um complô da empresa de privatizar, isso é uma coisa completamente diferente. Eu, por exemplo, claro, que recebi isso com uma surpresa extraordinária, porque seríamos os últimos a saber de uma proposição como essa.

E aquele problema dos 250 milhões de dólares, foi calculado dentro das estimativas originais de necessidade de capital da Vale do Rio Doce. Dentro daquela coisa que disse de capital próprio, capital de terceiro, e da estratégia de tempo na tomada daquela decisão. É claro que essas estimativas foram sendo... Primeiro que o projeto custou muito menos, e as debêntures foram lançadas em diversas etapas. Então, essas estimativas eram constantemente revistas. E chegamos à conclusão de que não devíamos precisar de tudo isso. Tanto que de 1 bilhão e 700 milhões de dólares, contratados do exterior, vamos usar pouco mais de 1 bilhão; não vamos precisar de todo esse dinheiro. Porque conseguimos acabar o projeto antes do tempo e com uma grande realização em termos de engenharia, como disse, engenharia nacional, conjugada com o problema da Vale do Rio Doce. Vamos acabar o projeto com quase 1 bilhão e 200 milhões de dólares aquém das estimativas originais do projeto. Não tenho o menor conhecimento disso. Isso para nós é uma surpresa. Seria um complô em que se deveria estar engajado, pelo menos umas trinta pessoas internas da empresa. Como é que se poderia fazer uma coisa dessas, ainda mais conhecendo a mecânica de como isso é feito, de todo aquele processo de debêntures; é exatamente o mesmo que está acontecendo agora com a Petrobrás. Tudo aquilo em caráter público, aprovado de todas as maneiras, lançado dentro de toda a mecânica e a ética exigidas, em combinação com a CBN, com tudo isso, como é que poderia haver uma coisa dessas? Isso é uma imaginação, digamos, doentia, vamos dizer assim.

O SR. — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Depoente.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Moacyr Duarte.

O SR. MOACYR DUARTE — Sr. Presidente, eu pretendo fazer apenas duas indagações ao Dr. Eliezer.

A primeira seria a seguinte: quais os passos ou os caminhos que a Companhia Vale do Rio Doce está percorrendo com vista ao seu ingresso em atividade que exijam uma tecnologia mais avançada?

A segunda indagação seria: qual a importância do Projeto Carajás para as atividades da Companhia Vale do Rio Doce? E quais seriam os reflexos dessa importância no chamado sistema Sul da Companhia, com-

preendido pelo complexo minas-ferrovia-porto através dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo?

O SR. ELIEZER BATISTA — Primeiramente, Senador, eu mencionei rapidamente no caso do tempo aqui, com relação ao nosso futuro, o nosso maior esforço é a educação do pessoal para uma nova geração de engenheiros e de profissionais visando entrar nesse mundo novo que está surgindo aí que, como disse, se não fizermos isso, vamos ser vítimas da nossa própria inação. Temos que saber exatamente o que está acontecendo, particularmente, na questão dos chamados novos materiais. Isso vai desde polímeros da petroquímica, *compositis*, essas ligas de todo tipo, todos esses materiais tais como cerâmicas. A cerâmica termo-mecânica, a cerâmica eletrônica, todo esse tipo de materiais. Estamos educando nosso pessoal nessa direção, estamos tentando entrar no programa de pesquisa e desenvolvimento com grande intensidade em colaboração com algumas universidades. Estamos trabalhando, por exemplo, com a UNICAMP, em Campinas, com a Ouro Preto. Estamos criando em Belo Horizonte esse grande centro de pesquisa aplicada, catando as melhores cabeças que existem no País para concentrarmos nisso, e colaborando plenamente com a iniciativa privada que, nesse campo, a ação da iniciativa privada é muito mais importante, porque ela é mais ágil, mais rápida, mais flexível e tem mais, digamos, dinamismo para certo tipo de coisa. Mais uma conjugação de interesses aí é muito grande. Por outro lado, temos grande capacidade para pesquisa. Já temos o conhecimento específico para a área mineral, principalmente, de beneficiamento mineral, embora na parte de química ligada à mineração é o nosso próximo passo, é um passo muito importante. Mencionei aqui a questão do lixiviamento na parte de mineração do ouro. Mas estamos encaminhando muito para estas zonas novas onde o nosso futuro está intimamente ligado. Então, aquilo que eu disse, a nossa confiança que já tem os resultados que nos permite visualizar o futuro. O titânio é o melhor exemplo. Estamos caminhando para sermos um grande produtor, não apenas de concentrados para pigmentos e não só revolucionando a indústria de pigmentos que temos a certeza que vamos produzir, material tanto para o processo cloreto como para o sulfato coisa única que vai permitir a manutenção de usinas no mundo inteiro que estão condenadas a desaparecer por causa do problema de poluição. Mas, também estamos entrando pela área da produção do titânio metálico, uma vez que os parâmetros termo-dinâmicos dessa nova matéria-prima que só figurava em livros como curiosidade passou ser uma matéria-prima extremamente importante, porque por exemplo o ponto de fusão do anatásio é 600 graus contra 1.000 do rutilo. Abre-se um campo inteiramente novo que nós estamos aproveitando, como eu disse colaborando com a iniciativa privada nesse campo também estamos entrando no estudos na área de silício por exemplo, toda família de silício, para aqueles itens aos quais o Brasil tem vocação econômica. Não queremos nos meter em coisas de alta tecnologia para os quais não temos vocação econômica. Como disse temos que nos limitar àquela ação empresarial de só fazermos aquilo que dê resultado. Acredito que a nossa posição é muito boa nesse ponto. Por exemplo, na área de silício temos a energia hidrelétrica, o carvão vegetal de qualidade controlada, que é um dos insumos dos mais importantes deste campo. O que não nos impede também de entrar em áreas mais adiantadas como acrílico de gálio, fosfeto de índium e o mesmo biotipo no futuro. O nosso futuro está aqui, não queremos dizer com isso que iremos desprezar a nossa linha de faturamento. Há muito exagero também nesse campo. Nos Estados Unidos por exemplo, chegara, a depreciar as indústrias convencionais com nomes de *smoke's factories* — fábrica de fumaça contra as outras de alta tecnologia. Mas, na economia, no produto nacional bruto a grande influência é a nível do *smoke's factories* não é a alta tecnologia. Essa transição tem que ser suave não em detrimento da nossa base de faturamento que são ainda os metais esses que estamos vendo e alguns outros que pretendemos entrar como é o cobre, por exemplo, cuja economia está afetada pelas razões ditas aqui. Mas que, no nosso caso, a economia do cobre é função do ouro, da prata e do molibidênio. Então, você pode ter uma economia global compensadora ao invés de ter um pro-

jeto de cobre só cobre, porque não seria econômico nunca. Esse é um problema. O outro, é sobre a questão do Carajás, sobre o sistema Sul. Então, como eu disse antes a questão do Carajás, foi necessário para mantermos a nossa participação que conseguimos no Mercado Internacional do Minério de Ferro, conseguido a esforços colossais principalmente os anos 70, esse período de 68 a 74, que foi o período da nossa grande luta e do grande pulo que a companhia deu no Mercado Internacional. Depois de ter conseguido tudo isso se não conseguíssemos manter isso, conquistarmos novas áreas que estão se deslumbrando nós estaríamos andando para trás. A diversificação é um processo muito mais complicado do que parece porque não temos a cultura na casa para mudar de uma coisa para outra repentinamente. Há que educar o pessoal para fazer a mudança na diversificação. Nós temos uma cultura na área do ferro, ou tínhamos, para desenvolver uma cultura em navegação gastamos mais de dez anos. E, hoje, temos a frota mercante mais rentável do mundo. Gastou-se anos de educação para chegarmos àquele processo. A nossa tendência é caminharmos para a industrialização. O Sul tenderá ficar com o consumo da indústria nacional; a industrialização gradativa, as indústrias de gusa e outras indústrias de redução direta que apareçam, que estão sendo estudadas por essa área do Sul e projetos menores também como ferritas magnéticas que são insignificantes mas estão todas na família do ferro vamos dizer assim. Esse processo vai permitir a industrialização de Minas Gerais. O nosso principal o como nosso pilar do nosso futuro e os seus derivados — o titânio vai gerar não só a mineração e a concentração mas vai gerar projetos de pigmentos vai gerar projeto do metal, da esponja, subprodutos de terras raras como o európio, o itrim, que são extremamente importantes na indústria da microeletrônica, e tudo isso são derivados. Então, Minas Gerais vai perder uma certa tonelagem, grande parte vai ficar lá mesmo porque temos que alimentar as usinas. Só as usinas de Tubarão têm uma capacidade de 17 milhões de toneladas. Então, V. Ex. vai ter que continuar alimentando essas indústrias. A quantidade total de minério vai ter uma ligeira diminuição porque grande parte do mercado será praticamente novo e algum mercado que está sendo substituído aqui no Sul, com produtos industrializados. Só para lhe dar uma idéia, este ano vamos exportar quase 3 milhões de toneladas de ferro-gusa e foi a Vale que viabilizou o transporte dessa indústria não só pelo aspecto técnico de reduzi-los a pedaços pequenos para serem manipulados nas correias transportadoras e fazê-lo gozar dos fretes do minério de ferro, porque o gusa tinha o frete muito alto devido à sua dificuldade de manipulação. Então, a tendência é de caminhar nessa direção além do problema do cerrado, aí volta a consciência da companhia como fator de desenvolvimento na região que atravessa.

Agora, ela só é um fator de desenvolvimento na medida em que é rentável porque na medida em que for deficitária, vamos ter um ônus. Assim alguém vai pagar por essa diferença. Então, o nosso esforço é no sentido de ser sempre rentável para ser um fator de desenvolvimento. A promoção de projetos nessa área de influência econômica no campo agrícola é muito importante, porque digamos, o transporte conjugado da soja — não é o caso do cerrado — o transporte conjugado com minério de ferro, vai viabilizar a soja brasileira no mercado interno, principalmente para as zonas costeiras, onde está a maior parte do consumo, mas também para exportação. O problema agrícola hoje no mundo é interessante — e aqui tem uma coisa bastante curiosa — porque hoje já há excesso de produção agrícola no mundo inteiro. Veja a situação da agricultura americana, veja a situação do Mercado Comum Europeu, veja a situação na Argentina.

Agora, o que vai viabilizar — e aí entra o problema que vale para o mesmo raciocínio do alumínio — o que viabiliza a sua exportação, seja da soja, do milho ou o que quer que se queira exportar, é V. Ex.<sup>a</sup> chegar no mercado consumidor, competitivamente, e a componente de logística é tão grande que mesmo com muito maior produtividade agrícola — o caso argentino — V. Ex.<sup>a</sup> não vai competir se tem um produtor ou um concorrente que tenha uma componente logístico como o nosso. Só para lhe dar uma idéia, no Tubarão ou

Japão o frete marítimo hoje são cerca de 10 dólares, dependendo do tipo de navio. Se V. Ex. pegar um portinho pequeno qualquer, digamos na Argentina, um porto daqueles lá, para V. Ex. chegar ao Japão tem que pagar pelo menos 40 dólares de frete. V. Ex. pode melhorar um pouco indo para Baía Blanca, etc. Agora, se V. Ex. pegar o transporte para o interior, V. Ex. toma de Baía Blanca a 500km do interior com 0.04 tonelada/quilômetro de dólar por transporte/caminhão, que é um transporte barato, 500km são 20 dólares com os outros 40 dólares já está com 60 dólares. Nós transportamos de Uberlândia, ou seja, 1.100km no interior por pouco mais de 10 dólares, e ganhando dinheiro ainda. Então V. Ex. coloca a equação agrícola brasileira num plano completamente diferente, utilizando um sistema, esse que foi descrito pelo qual estamos operando, que foi concebido para um produto a serviço da região como fator de desenvolvimento e viabilizando uns sem números de proposições.

Agora, por exemplo, estamos estudando o transporte de containers nos navios de minério de ferro. Se V. Ex. visse o resultado econômico, comparado com o que V. Ex. tem hoje, em transporte, V. Ex. ficaria perplexo porque o Brasil é um País como a Tailândia e Formosa, uma ilha daquela que transporta 30 milhões de dólares em produtos e nós exportamos, o quê? 26, 25.

Agora, quando V. Ex. encara esse problema de logística no curso do nosso produto, V. Ex. compreende a importância do funcionamento desse sistema. A nossa posição no Sul do Brasil é de cada vez mais entrar no processo de desenvolvimento industrial. É isso que estou falando, caminhando para indústrias novas de maior densidade tecnológica, que é onde está residindo o nosso futuro. Isto não quer dizer que não vamos fazer isso lá. Mas lá temos ainda de capitalizar muito naquele investimento colossal que já tivemos, tentando obter cada vez mais melhores preços e diversificando também a nossa produção como já estão fazendo com o manganês e pretendemos entrar em outros produtos também.

O Sr. Presidente, ainda me permitiria uma pergunta para saber se a Companhia já fez ou pretende fazer alguma incursão na área de extração do minério de tungstênio da chelita e se a Companhia Vale do Rio Doce tem em cogitação qualquer projeto ou anteprojetos de instalação de usinas redutoras nas áreas produtoras desse minério?

O SR. — Nós dispomos de uma pequena propriedade no Xingu, que é pequena demais para ser explorada pela Companhia Vale do Rio Doce. Quer dizer, com essa máquina toda, do tamanho que ficamos, devemos reconhecer que pagamos as conseqüências das dimensões também no plano administrativo e de custo também. Então, um projeto para ser atraente tem que ter dimensões tais que compensem o custo relativamente mais alto, operacional etc.

Então, é um projeto pequeno desse que não consideramos desenvolver. Evidentemente vamos estudar uma maneira de, conjugados com a iniciativa privada, desenvolver essa jazida, que é uma jazida pequena que ainda está em estudos, ela não está totalmente prospectada. Mas nós não temos nenhum projeto para desenvolvê-la porque ela é de uma dimensão pouco compatível com a escala de operação da Vale do Rio Doce. Isso poderá não ser atraente economicamente, mesmo porque as margens de rentabilidade não são extremamente altas.

O tungstênio, com a entrada da China no mercado, a China é o Carajás do tungstênio, vamos colocar assim, e a China tem lá o seu critério de preço diferente. Então, a nossa tendência é caminhar para operar dessa maneira. A Vale do Rio Doce não pretende desenvolver.

O SR. — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Com a palavra o Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente quero, em primeiro lugar, dar uma satisfação ao Senador Martins Filho, que fez referências ao fato de eu ter deixado a função de Relator nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e ao discurso que fiz ontem, mostrando claramente que não tinha condições de cumprir com a obrigação elementar do Relator, V. Ex. é testemunha de que

numa primeira reunião que tivemos para discutir o andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, eu tinha proposto que fizéssemos duas reuniões semanais para podermos realmente avançar no nosso trabalho. Encontrei, como V. Ex. pode assegurar, a resistência da Comissão alegando que, inclusive, não havia precedente no funcionamento das Comissões do Senado, o que não guarda uma relação direta com o passado das Comissões de Inquérito. De qualquer maneira, todos os argumentos foram colocados para se manter apenas uma reunião semanal. Ocorre que logo depois de alguns depoimentos que começavam a trazer mais informações à Comissão, ela se reúne para tomar outra decisão, que era a de fazer duas reuniões semanais ou duas por dia ou ouvir dois depoentes de cada vez, para que encerrasse seus trabalhos no dia 5 de dezembro.

Ora, se estávamos apenas iniciando o exame das questões da Companhia Vale do Rio Doce, se tínhamos ouvido apenas quatro depoentes, sendo que três da área de geologia, é evidente que não havia como entender o estabelecimento de uma marca final para o dia 5 de dezembro, mesmo porque seria imprevisível para qualquer dos membros da Comissão as informações que aqui viessem, seus desdobramentos e a necessidade de seu aprofundamento. Mais ainda, Sr. Presidente, muitos membros da Comissão alegavam que a Comissão já tinha elementos para suas conclusões. V. Ex., como Presidente, pode testemunhar isso.

Ora, havia por parte da Comissão uma vontade de não investigar, e é isso que me levou a solicitar o afastamento da função de Relator, pura e simplesmente, pela impossibilidade de chegar às conclusões e cumprir a obrigação elementar de um relator de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. De tal modo, meu caro Senador Martins Filho, que não vejo como e nem razão alguma para mudar a minha decisão e creio que ela é facilmente compreensível pelos Srs. Membros da Comissão, pela imprensa que está aqui, enfim, por todos que podem avaliar, singelamente, como funciona uma Comissão ou como se obstrui o seu funcionamento.

Mas, deixando de lado essa preliminar, vamos às questões aqui colocadas, nesta reunião.

O Sr. Presidente da Comissão, Senador Cesar Cals, fez referência ao problema das debêntures e do eventual risco de controle por parte da União, da Vale do Rio Doce e até de um eventual intuito de privatização.

Quero lembrar e gosto de fazer referência porque aqui houve muitos relatos ditos e ouvidos, a afirmação mais enfática é que teria havido essa deliberação de privatização que veio de um depoimento de um diretor da Vale do Rio Doce do período de 1979 a 1985, o Dr. Cordeiro de Farias, que textualmente declarou aqui na Comissão que havia esse intuito e que na área do Governo dos Srs. Ministros econômicos era vamos dizer, explícita a vontade, a deliberação da privatização da Vale do Rio Doce. V. Ex. no seu depoimento afirma que nunca existiu. Quero lembrar que o Dr. Cordeiro de Farias fez essa afirmação, que aliás eu me lembro do ilustre Senador João Calmon afirmar aqui, no plenário da Comissão, que se tivesse havido seria um verdadeiro crime privatizar a Vale do Rio Doce, mas o depoimento do Diretor Cordeiro de Farias foi confirmado pelo depoimento do Vice-Presidente da Vale do Rio Doce, Dr. Euclides (?) e pelo ex-Conselheiro da Vale do Rio Doce, Dr. Walter Rocha, mas de qualquer maneira V. S. poderá, vamos dizer, trazer maiores esclarecimentos a este respeito.

A questão que coloco é a seguinte: com o lançamento das debêntures, se o Governo tivesse exercido o seu direito de subscrição não haveria nenhuma alteração, quer dizer, a empresa lança as debêntures, o Tesouro detém uma porcentagem, tem os direitos de subscrever nesta proporção e não haveria, vamos dizer, nenhum problema, não estaríamos discutindo isso aqui hoje.

Ora aqui no depoimento V. Ex. também afirma tudo. O Governo reconheceu a sua incompetência para cortar recursos. Então, o Governo reconhece sua incompetência, não subscreve e aí, então, entramos nesse processo.

Mas, gostaria de lembrar duas coisas. A primeira é que a iniciativa do lançamento de debêntures ou o projeto de lançamento de debêntures dentro do esquema financeiro da Vale do Rio Doce é da própria Vale do Rio Doce. Em 5 de outubro de 1981 é que o Sr.

Presidente da Vale do Rio Doce se dirige ao Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Ernani Galvêas, ora nessa altura no escritório do Sr. Presidente da Vale do Rio Doce, V. S. diz o seguinte: "na presente captação de recursos, via debêntures, não se questiona a participação da União e sim a contribuição do mercado de capitais como fonte de recursos para o projeto Ferro Carajás". Quer dizer, antes que o Tesouro deixasse de subscrever, pelas razões que tivesse, o projeto da Vale do Rio Doce era de não participação, quer dizer, já excluía no escritório, endereçado ao Ministro da Fazenda essa informação. A decisão da Vale do Rio Doce era o lançamento de debêntures sem a participação da União.

Então, a minha pergunta é, primeiro, como V. S. vê os depoimentos de antigos diretores da Vale do Rio Doce, quer dizer, antigos recentes, porque ainda em 1985 participavam de suas deliberações e que afirmavam peremptoriamente que havia o intuito de privatização.

Segundo, se a Vale do Rio Doce antes da manifestação do Tesouro já manifestava ao Ministro da Fazenda, possivelmente se o Sr. Ministro da Fazenda tinha também um projeto privatizante estariam as coisas bastante harmônicas, mas de qualquer maneira a Vale do Rio Doce é que se dirige informando ao Ministro da Fazenda que não se prevê a participação da União neste lançamento de debêntures.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes do depoente responder a questão, o Senador Roberto Campos quer falar sobre o assunto.

O SR. SEVERO GOMES — Quero dizer a V. Ex., Sr. Presidente, que estou inquirindo o depoente, de tal maneira que preciso ter a resposta adequada.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — A minha inquirição é pertinente à resposta que vai dar o Dr. Eliezer Batista, e para economizar-lhe tempo conviria que ele já ouvisse os dois lados da questão.

O SR. ELIEZER BATISTA — Primeiramente, o Cordeiro de Farias como os demais eram conselheiros da empresa, não faziam parte da diretoria, mas todos eles participaram de todos os atos e aprovaram todos os atos que conduziram a essa situação. Desde que a interpretação dos depoimentos seja esta, eu não estou seguro que seja, o problema é de imaginação deles. Então, seria necessário que toda a diretoria da Casa e dos demais conselheiros não tivesse essa opinião.

O SR. ROBERTO CAMPOS — V. S. permite um aparte?

O SR. ELIEZER BATISTA — Pois não.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Eu gostaria de ler o texto exato da declaração do Sr. Oswaldo Barcelos Cordeiro de Farias. O texto que foi transcrito em tape é o seguinte:

O Sr. poderia trazer algum esclarecimento a respeito? É esta a pergunta do Senador Severo Gomes, que procurava insinuar que se estava processando a privatização, coisa a meu ver altamente desejável, e que o Ministro Delfim Netto estaria envolvido nessa trama sinistra, que eu definiria como trama patriótica de cumprimento à Constituição.

A pergunta do Senador Severo Gomes foi a seguinte: "O Sr. poderia trazer algum esclarecimento a respeito?" Responde o Sr. Oswaldo Barcelos Cordeiro de Farias: "Essa discussão foi até comigo. Não foi exatamente nesses termos. Não chegou a se falar na privatização. Eu indaguei e disse..." — o Português parece não ser extremamente gramatical — "Eu indaguei e disse: Sr. Presidente, esse problema de lançamento de debêntures conversíveis em ações, se o Governo não comparecer, vai quebrar um pouco o perfil acionário da companhia. E eu indago ao Sr. se o Governo está alertado sobre isso". Ele disse: "o Governo está alertado sobre isso e eu estou autorizado a continuar com isso, venda de debêntures".

Não se falou em privatização.

Aliás, a propósito, a pergunta que eu faria ao ilustre Presidente seria exatamente ao contrário. Há aqui ya-

rios representantes da companhia, sendo inquiridos sobre o perigo eventual de desestatização. Não vejo nenhum perigo, porque a Constituição federal, no art. 163, estabelece três condições concomitantes para que o Governo intervenha no domínio econômico. Essas três condições são: lei especial, que existe; interesse para a segurança nacional, que não existe. A grande maioria dos países é importadora de minério de ferro. De onde veio essa idéia bizarra de que exportar minério de ferro é necessário para a segurança nacional? Então, o Japão estaria perdido. Os Estados Unidos, que agora estão importando essência, estariam perdidos. A Alemanha seria o país mais indefeso do mundo. Isso é bobagem. Não é nada necessário para a segurança nacional. Inventam-se coisas, que a criação de empresas ou a manutenção de empresas sob controle estatal seria necessário para a segurança nacional. Não é nada disso. É necessário para dar empregos a tecnocratas, burocratas e militares, não para a segurança nacional. A segurança nacional não depende da natureza do acionista nacional, estrangeiro, público ou privado. Não depende sequer da natureza da atividade. A grande maioria dos países industrializados não tem estatais de petróleo. Seriam inseguros? São perfeitamente seguros. Os Estados Unidos são o país mais seguro do mundo, ganhou duas guerras mundiais. Todos nós dependemos dele para assegurar segurança nossa, via escudo nuclear, nunca teve numa estatal. Isso é lorota. Segurança nacional se tem ou se garante, através do exercício do poder iminente do Governo, a qualquer momento, o governo pode legislar, pode regular, pode tributar, pode requisitar e pode desapropriar.

Não há por que falar-se em ter empresas estatais por causa da segurança nacional? Segurança nacional só exige eficiência da atividade. Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que a pior maneira para o Governo assegurar o controle de qualquer atividade é criar uma estatal, porque ele cria um Estado dentro do Estado. E as estatais desafiam o controle do Estado. O BRADESCO é muito mais obediente ao Governo Federal do que o Banco do Brasil. A Volkswagen é muito mais obediente ao Governo Federal do que a PETROBRAS. Quando o Governo cria uma estatal para ter controle de uma atividade, ele perde o controle da atividade, ele divide esse controle com a burocracia e a tecnocracia que, muitas vezes, se tornam partidos políticos. Há alguém que negue que aqui nesse Congresso a PETROBRAS é um importante partido político? Há alguém que negue que o Banco do Brasil é um importante partido político? Essas empresas seriam humildes e submissas se fossem privadas. O Governo então teria controle. Agora o Governo não tem controle das estatais.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Dr. Eliezer.

O SR. ELIEZER BATISTA — Bom, Senador, voltando à segunda parte da pergunta, com relação a este documento aí, o nosso entendimento, tanto com o Ministro Delfim como Galvêas, nenhum deles nunca nos falou no problema de privatização, apenas nos comunicaram que não haveria recursos, desde que o Governo estava preocupado com o combate à inflação, e tinha prioridades. E muitas outras que, para desenvolvermos o Projeto Carajás, tínhamos que imaginar, na área do capital privado brasileiro. De comum acordo com o Governo, foi desenvolvida essa idéia das debêntures que foram submetida a diversas etapas até se aperfeiçoar o processo e chegar a conclusão de que essa era a melhor maneira de obter recurso naquela conjuntura difícil, porque naquele momento nós tínhamos grandes dúvidas; primeiro se as debêntures fossem convertidas porque a situação das indústrias, naquele período, não eram muito boa. E segundo o Projeto Carajás ainda era uma incógnita, não se sabia se iria dar certo, etc. Isso aí é daquele tipo de carta em que você lança mão do trecho de um discurso como se representasse o discurso inteiro. Nunca houve entendimento do Governo Federal, ninguém nunca nos falou nesse assunto. Isso aí foi feito de comum acordo com o Governo Federal, um acordo em que não havendo recursos do Governo a única maneira que tínhamos para obter recursos e executarmos os nossos projetos seria essa. A única maneira viável. Nunca houve mais nada, que eu saiba. Quer dizer, qualquer interpretação diferentemente dessa não é de nosso conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Voto a palavra ao Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, o Sr. informa que houve entendimentos anteriores e que, portanto, o caminho seria esse. Agora documentado...

O SR. ELIEZER BATISTA — Mas nada visando privatização. Visando obter capital no mercado interno, para baratear e executar o nosso projeto.

O SR. SEVERO GOMES — Quer dizer que o Tesouro não participaria. Era do conhecimento da Vale.

O SR. ELIEZER BATISTA — Sim, pois o Tesouro não dispunha de recursos para fazer isso.

O SR. SEVERO GOMES — Agora não há nenhum aviso ministerial ou nenhuma determinação dos Ministros para que isso ocorresse. Seria uma iniciativa da Vale baseada em entendimentos verbais. Não há nenhuma documentação anterior. Quer dizer que a primeira iniciativa que surge oficialmente com relação ao lançamento das debêntures.

O SR. ELIEZER BATISTA — Não. Aí tem o seguinte: quando foi aprovado o projeto global tudo isso estava previsto no grande Projeto Carajás. Esse é outro daqueles problemas que têm que ser encarados sob o seu aspecto conjunto e não sobre um detalhe lá no meio. Esse assunto foi já encarado na concepção original do Projeto Carajás, essas coisas já foram feitas dentro de um contexto ampla e previamente aprovado.

O SR. SEVERO GOMES — O lançamento de debêntures está ligado há um compromisso com o Banco Mundial, que permitiu, com a aprovação de financiamento, uma vantagem de outros recursos como entendemos da sua exposição.

A segunda pergunta é a seguinte: Esse acordo do feito com o Banco Mundial para o lançamento de debêntures de efeitos conversíveis, ele foi aprovado antes pelo Conselho de administração ou foi comunicado posteriormente ao Conselho de administração da empresa?

O SR. ELIEZER BATISTA — Todos os problemas foram apresentados no Conselho de Administração em todas as circunstâncias. Nenhum ato foi feito, na empresa, que não tenha sido previamente apresentado à Diretoria e ao Conselho de Administração. Porque a Vale do Rio Doce, apesar das aparências em contrário, talvez por causa da minha própria veemência física em falar, ela sempre foi uma companhia que trabalhou em colegiado. Nunca tomamos decisão, mesmo porque coisas dessa importância não seria um homem só, ou três homens que teriam que tomar a decisão, a decisão de sair com uma coisa dessa, nela participaram centenas de pessoas, dentro e fora da Casa. Nenhum ato nosso passou, foi materializado sem a aprovação prévia da diretoria e do Conselho. Nós temos colegas de Conselho aqui que podem dizer sim ou não. Confirmam o que eu estou dizendo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Dr. França Domingues.

O SR. FRANÇA DOMINGUES — Frequentemente, esses assuntos eram levados informalmente ao Conselho de Administração e a Diretoria, eram longamente discutidos, embora não constassem depois da respectiva ata, formalmente porque não havia decisão formal a ser tomada mas as matérias eram todas debatidas durante as reuniões e de amplo conhecimento, tanto dos Diretores da casa como de todos os Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O Dr. Eliezer toma como suas as demais informações do Dr. França Domingues?

O SR. ELIEZER BATISTA — Tomo, absolutamente.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Eu gostaria, Senador Severo Gomes, de dar meu testemunho pessoal, eu já tive o prazer de participar da Diretoria da Vale do Rio Doce, quando o Eliezer Batista era Presidente, isto em 1983. Apesar da personalidade forte que ele tem, toda a decisão que ele tomava era realmente em termos de diretoria. É um registro que eu deixo aqui para confirmar realmente as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — De qualquer maneira, o depoimento que nós tivemos foi de diretores

saiídos da Vale do Rio Doce. É evidente que aqueles que hoje estão na administração da Vale têm uma ligação natural até para...

O SR. ISRAEL PINHEIRO — O Dr. França não está mais na Vale.

O SR. SEVERO GOMES — Quando a Companhia Vale do Rio Doce assume com o Banco Mundial o compromisso de lançar não menos de o equivalente a 250 milhões de dólares em debêntures conversíveis eu imagino que uma empresa com alto nível de administração que tem, e todos reconhecem, deveria ter consciência de que esses 250 milhões de dólares lançados no mercado de capitais iria levar a um desbalanço tal que a maioria poderia ser perdida por parte da União ou V. S. acha que não aconteceria isso?

O SR. — Esse dinheiro do Banco Mundial foi empréstimo, puramente empréstimo.

O SR. SEVERO GOMES — Eu estou me referindo que há um compromisso. Com o Banco Mundial é um empréstimo. Há um compromisso da Vale de lançar o equivalente a 250 milhões de dólares em debêntures conversíveis.

O SR. — Esse compromisso não existe, isso foi uma estimativa das necessidades que teríamos se chegassemos aquele nível do projeto que não se verificou, não havia esse compromisso, nunca houve esse compromisso. Houve algum compromisso? Isso é um plano, uma idéia, nunca houve compromisso nenhum nesse sentido.

O SR. SEVERO GOMES — Houve uma idéia de lançar 250 milhões de dólares?

O SR. — Se o projeto fosse requerer o recurso, mas isso tudo, evidentemente, seria por aproximações reiterativas e não tudo de uma vez. É claro que nós, pela dominação existente na empresa — os Srs. podem verificar — que em cada etapa de cada lançamento foram consultadas as autoridades e nós mesmos tivemos o cuidado de alertar para a situação em que se achava a posição acionária da empresa. Isso sucessivamente. Pode consultar a documentação que está à disposição dos Srs. Ela sempre alertou e passou na frente, inclusive, em alertar o Governo para a situação, fazendo consultas e até em épocas e em condições que não seriam normalmente necessárias.

O SR. SEVERO GOMES — V. S. afirma de que não houve nenhum compromisso. Lembro a V. S. que está falando sob juramento e com as conseqüências.

O SR. — Houve um plano. Um plano não quer dizer que seja compromisso.

O SR. SEVERO GOMES — Um plano para o levantamento do empréstimo.

O SR. — Exatamente.

O SR. SEVERO GOMES — Quer dizer, o levantamento do empréstimo estava ligado ao lançamento dos 250 milhões.

O SR. — Não nessa proporção. Primeiro de tudo que o lançamento das próprias debêntures é do nosso interesse de melhorar nossa posição de capital próprio. Então é outro problema. É claro que o Banco Mundial para nós exerce uma posição de chef de file com relação aos demais empréstimos e etc. Não tínhamos nenhum compromisso, relativamente à posição acionária da empresa com debêntures e com coisa nenhuma. Não existe nada disso.

O SR. SEVERO GOMES — Não há nenhuma referência a participação acionária. A questão é que neste plano — existe um plano de recursos — uma parcela é do Banco Mundial e a outra é de lançamentos de debêntures, são outros financiamentos que venham a ser obtidos. Quer dizer, o Banco Mundial examina aquele projeto de financiamento em face da sua viabilidade. Essa viabilidade está marcada também pela captação interna equivalente a 250 milhões de dólares através de debêntures conversíveis. Quer dizer que esse financiamento não faz parte do esquema de recursos.

Eu quero lembrar um texto de V. S.: "no conjunto dos compromissos assumidos pela Companhia e pelo

Governo brasileiro com o Banco Mundial para obtenção de empréstimos de 304 milhões de dólares para o Projeto Ferro-Carajás, consta o de captação no mercado interno de recursos através de debêntures conversíveis, subordinadas em valor equivalente a não menos de 250 milhões de dólares". Este é o texto de V. S.:

Quer dizer que V. S. tem um texto que contradiz o seu depoimento que está sendo feito sob juramento.

O SR. ELIEZER BATISTA — Mas como eu disse, isto era um plano.

O SR. SEVERO GOMES — V. S. disse: "no conjunto dos compromissos assumidos pela Companhia e pelo Governo brasileiro com o Banco Mundial para obtenção de empréstimos de 304 milhões de dólares para o Projeto Ferro-Carajás, consta o de captação no mercado interno". Quer dizer, no conjunto dos compromissos, nós entendemos que aquilo que V. S. coloca, inclusive para ilustrar a Casa, nos documentos que enviou, há um compromisso desta natureza e o transforma num plano aleatório no seu depoimento.

O SR. WILSON — Sr. Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Dr. Wilson.

O SR. WILSON — Cumpre-me esclarecer que, quando fechado o contrato com o Banco Mundial, havia toda uma equação financeira, nesse contrato com o Banco Mundial, onde estava incluído o lançamento de debêntures. Nesse plano também com o Banco Mundial estava previsto o investimento num montante "x". Estava previsto também que as debêntures seriam convertidas em 50% do total lançado, num total de 250 milhões. Então estaria previsto que seriam convertidas 125 milhões. E como o Presidente disse, no momento em que foram lançadas as debêntures, havia uma série de incertezas no mercado interno nacional, primeiro, de absorção do mercado por essa quantidade de debêntures; segundo, que as debêntures seriam realmente convertidas, porque naquele momento debêntures ainda era uma incógnita no mercado nacional.

Com a evolução do Projeto Carajás, o que aconteceu? Houve uma redução do nível de investimento, consequentemente houve necessidades menores de recursos, tanto é que ingressaram recursos externos menos do que o plano também inicial de Carajás. Somente constava do plano, do projeto do Banco Mundial. Então, tanto empréstimos externos, quanto empréstimos internos quanto de recursos de debêntures não foram necessários lançamentos de 250 milhões. Então o que se fala de compromisso com o Banco Mundial, de lançar 250 milhões de dólares, é importante esclarecer que: nesse compromisso também o investimento era maior, se o investimento era menor, as fontes de recursos são menores. Além disso, se as debêntures foram convertidas a níveis maiores do que o inicialmente previsto, não havia condições inclusive de se lançar mais.

Outro ponto importante deve ser salientado: nos 250 milhões não seria de uma única vez e sim através de vários lançamentos. Cada lançamento era previamente submetido a Conselho de Diretoria. Cada lançamento era previamente submetido aos órgãos governamentais através do CVM e órgãos de Bolsas de Valores etc.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Pergunto ao Dr. Eliezer se faz suas as palavras do Dr. Wilson.

O SR. ELIEZER — Faço.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, o que se pode concluir é que, se o volume de recursos não necessários não tivesse sido reduzido por uma porção de circunstâncias, que vão das economias realizadas na construção até maxidesvalorização do dólar, que trouxe benefícios para a empresa, se esses acidentes favoráveis não tivessem ocorrido, quer dizer, se se mantivesse o mesmo esquema financeiro previsto, não havia condições, inclusive, de se lançar mais.

Outro ponto importante deve ser salientado: os 250 milhões não seriam de uma só vez e sim através de vários lançamentos. Cada lançamento era objeto de

prévia análise da composição acionária. Cada lançamento era previamente submetido a conselho e diretoria; cada lançamento era previamente submetido aos órgãos governamentais através de CVM etc e órgãos de Bolsas de Valores etc.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Consulto ao Dr. Eliezer se faz como suas as palavras do Dr. Wilson.

O SR. ELIEZER BATISTA DA SILVA — Faço??

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, o que se pode concluir é que se o volume de recursos necessários não tivessem sido reduzidos por uma porção de circunstâncias, que vão das economias realizadas na construção até a maxidesvalorização do dólar, que trouxe benefícios à empresa, se esses acidentes favoráveis não tivessem ocorrido, quer dizer, se se mantivesse o mesmo esquema financeiro, haveria o compromisso do lançamento do equivalente a 250 milhões de dólares. Que são as palavras textuais do Sr. Presidente da Companhia Vale do Rio Doce e dos documentos que constam em nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, podemos seguir dentro dessa mesma linha, quer dizer, se não tivesse havido vantagens ligadas à economia nas obras encetadas, ou as vantagens ligadas à política cambial brasileira, e uma série de outras que até poderiam surgir, a empresa, dentro do esquema financeiro acertado com o Banco Mundial, neste caso, teria o compromisso de lançar os 250 milhões de dólares, ou o equivalente.

Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Dr. Wilson.

O SR. WILSON — Aqui volta novamente o ponto em que isso era um plano financeiro e o plano financeiro você vai executando à medida em que as coisas vão acontecendo. Se ao lançarmos os 250 milhões de dólares, como está aqui, e houvesse conversões maiores do que inicialmente previsto, como cada lançamento era objeto de prévia análise, ao chegarmos ao 180 milhões, como foi feito, o que teríamos? Teríamos uma posição: ou não poderíamos continuar lançando, ou lançaríamos e o Governo teria que subscrever. Então, se, realmente, tivéssemos que lançar 250 milhões, teríamos que chegar ao Governo e dizer: lançamos 180 e como houve uma conversão maior do que inicialmente se previa, neste momento em que vamos lançar os 70 milhões complementares você terá que participar ou perderá o controle.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Consulto ao Dr. Eliezer se far como as informações prestadas pelo Dr. Wilson.

O SR. ELIEZER BATISTA DA SILVA — Faço??

O SR. SEVERO GOMES — Seria curioso que se as coisas fossem cumpridas de acordo com o compromisso com o Banco Mundial, de acordo com o plano e se fossem necessários os recursos, aí a companhia iria ao Governo para pedir que se subscrevesse quando a sua proposta inicial era de que 250 milhões de dólares não pesariam sobre o Tesouro, mas, exclusivamente, sobre o mercado de capitais.

Lembro também, Sr. Presidente, que seria interessante tomar o juramento da equipe do Presidente para que possamos continuar com mais clareza a tratar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Na realidade o depoente assumiu, então, o seu juramento está valendo.

O SR. SEVERO GOMES — Então, não sei se dirijo a questão a V. S ou a sua assessoria.

Não havendo os fatos todos, quer dizer, é claro que os lançamentos estavam ligados às necessidades, ao desenvolvimento do trabalho e eles permitiram que um número menor de debêntures fossem lançadas, mas se o desenvolvimento dos trabalhos corressem exatamente de acordo com o projeto e com o compromisso assumido com o Banco Mundial, essas equivalentes aos 250 milhões de dólares teriam que ser lançados.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O Dr. Eliezer passa a palavra para o Dr.

O SR. — Novamente, outra questão: o que se lançou foi prevendo um investimento global de "xis", se realmente o investimento foi menor, não houve necessidade de continuar os lançamentos...

O SR. SEVERO GOMES — Mas quero lembrar que o compromisso não foi cumprido porque houve necessidade de menor recurso, a questão é essa: se o volume de recurso necessário fosse aquele constante do esquema financeiro apresentado e comprometido com o Banco Mundial, não haveria outra alternativa senão o lançamento ao equivalente a 250 milhões.

O SR. — Pois é, nesse caso o que aconteceria? É importante salientar um ponto que talvez não esteja sendo considerado, que o controle acionário se faz pela quantidade de ações. Essa quantidade de ações debêntures são convertidas às condições de mercado. Então, dependendo ou não da valorização das ações, tem-se mais ou menos ações.

Vejam o que acontece. A cada lançamento, tem-se que fazer uma previsão da composição acionária, em função daquele novo lançamento, quantas ações dariam em função das condições do mercado.

A única resposta que daria ao Sr. é que, se lançássemos 180 milhões e chegássemos ao ponto em que se chegou, se continuássemos com os lançamentos, teríamos que dizer ao Governo para comprar a parte equivalente à sua posição acionária atual no capital.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Consulto o Dr. Eliezer se faz como suas informações.

O SR. ELIEZER BATISTA DA SILVA — Faço.

O SR. SEVERO GOMES — O assessor do Dr. Eliezer contou com uma outra variável, que seria o valor. Então, se colocarmos diferentes variáveis, poderíamos, até, não ter nenhuma necessidade de lançar as debêntures. Por quê? Por que na medida em que houve uma economia, na construção da estrada, de cerca de 1 bilhão de dólares, na medida em que houve um ganho enorme com as exportações, com a maxidesvalorização, nem o que foi lançado — 180 milhões de dólares, o que equivaleria a 4% do investimento — seria desnecessário, porque essas variáveis levariam a outras conclusões.

Na exposição de V. S, e com os argumentos ligados à necessidade de recursos, em anos tão difíceis, como 81 e 82, surgiu uma outra questão intrigante. Até 1961, o volume de dividendos distribuídos pela Vale andava em torno de 4 ou 5 milhões de dólares. Em 82, sobe para 34 milhões de dólares; em 83, para 44 milhões de dólares. Quer dizer que estaria mostrado que essas coisas estavam realmente acontecendo, ou seja, que a Vale estava se beneficiando de melhores condições de exportação e de redução de custos, exatamente no momento em que está lançando debêntures que oferecem um risco de perda de controle.

Eu gostaria que o Sr. pudesse me explicar como essas coisas andam em paralelo. E, em seguida: se as debêntures são lançadas no momento da dificuldade, é exatamente este ano que a Vale multiplica os dividendos e continua oferecendo dividendos muitas vezes superiores ao período anterior, o que poderia dar a impressão à Comissão, de uma certa maneira, de que aqueles que subscreveram as debêntures receberam o pagamento em 24 ou 36 meses, ainda continuando com a possibilidade de convertê-las em ações e serem donos de uma parcela importante do patrimônio da empresa.

O SR. — Senador Severo Gomes, se V. Ex.ª me permite, mais uma vez, porque nunca tive tempo para elaborar esses detalhes. Meu assessor é mais profissionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Para informar, o quadro da página 35 diz: dividendos distribuídos — em 79, 27 bilhões de cruzeiros, moeda de 84; em 1980, 121; em 1981, 137; em 1982, 145; em 1983, 217; em 1984, 404. Tudo em moeda de 84.

Com a palavra o Dr. Wilson, por concessão do Dr. Eliezer.

O DR. WILSON — O lançamento de debêntures, como o Presidente disse em seu depoimento, deu-se num momento de extrema necessidade de caixa da Vale do Rio Doce, o que foi, inclusive, objeto de exposição do Diretor Financeiro à época, Dr. Samir, há uns 15 dias.

Assim, é importante salientar que as debêntures entraram num momento crítico de caixa, para a Vale, como o Senador Severo Gomes disse.

É importante salientar, Senador, que a partir de 81 os dividendos cresceram. Mas cresceram em função de quê? O lucro da Vale, a partir de 81, cresceu.

Outro fator importante a ser salientado é que os dividendos foram todos investidos, porque a partir do momento em que se iniciou a operação do Projeto Carajás, temos o chamado capital. Então, os dividendos, como disse, no mercado financeiro, são pagos com uma mão mas voltam com a outra, porque ao mesmo tempo em que se paga os dividendos se faz a chamada de capital. Na verdade, não houve uma saída de caixa, da Vale, dos dividendos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Consulto o Dr. Eliezer se faz como suas as informações prestadas.

O DR. ELIEZER BATISTA DA SILVA — Faço.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, vamos atentar para isso: em 1980, os dividendos foram equivalentes a 6 milhões de dólares; em 1981, a 34 milhões de dólares; em 1982, a 44 milhões de dólares. Por mais que se possa dizer que sai por uma mão e se recebe com a outra o que surpreende é que a empresa que, naquele momento, está lançando debêntures conversíveis e que, convertidas, vão fazer com que cerca de 18% do capital da empresa, que tem um enorme patrimônio — porque V. S.ª deve conhecer melhor que ninguém — que haja essa multiplicação do dividendo na hora da maior dificuldade. Quer dizer, é o período crucial da empresa, é o período que ela passa de distribuição de dividendo de 6 milhões de dólares para 34 milhões de dólares.

Creio que é muito difícil se ter uma compreensão clara para que, no momento da dificuldade, que a empresa multiplique por 6 o volume de dividendos, não aumentou 20% num ano, não estamos tratando de cruzeiros, multiplicou por 6 no ano da dificuldade, quer dizer, o ano de lançamento das debêntures, aqueles que as subscreveram no final do ano já estavam recebendo uma parte importantíssima da sua subscrição.

Gostaria de ter um entendimento para poder casar com esse tipo de informação de que o dividendo sai por uma mão e volta pela outra, inclusive, paga Imposto de Renda e se a vontade dos subscritores ou debenturistas será essa, é claro que, se o dividendo passa desse nível, esse acionista vai subscrever por quê? Porque houve uma mudança fundamental no volume de dividendos distribuídos pela empresa, exatamente, no período em que a empresa arguiu a enorme dificuldade de recursos e, portanto, o lançamento de debêntures conversíveis com o risco de perda de controle acionário.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Dr. Eliezer Batista.

O DR. ELIEZER BATISTA DA SILVA — Justamente disse ao Dr. Wilson que foram reinvestidos esses dividendos, mas que os esclarecimentos adicionais vão ser dados pelo...

O SR. — O primeiro aspecto, Senador, é que os dividendos são pagos, como V. Ex.ª sabe, sobre os lucros e como a Vale é empresa de capital aberto teriam que ser pagos 25% mínimo sobre os lucros apurados.

Segundo ponto importante a salientar para V. Ex.ª: os dividendos sempre são pagos no primeiro semestre de cada ano, o primeiro lançamento de debêntures da Vale ocorreu no final de 1981. O terceiro aspecto, as debêntures foram lançadas já no finalzinho de 1981 e, realmente, o grande volume de conversões aconteceu nos anos de 83 e 84, então, em 81 e 82, quando houve um crescimento grande de dividendos, os debenturistas que adquiriram as suas debêntures e as converteram em ações, e o grande volume foi em 1983 e 1984, não receberam nenhum desses dividendos de 1981, nem de 1982, eles compraram uma debênture mas, naquele momento, não as tinham transformado em ações.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Na pág. 34, tem aqui a conversão de debêntures em capital, 82 — 17 milhões de dólares; 83 — 46; 84, 61 milhões de dólares.

Consulto ao Dr. Eliezer se faz como suas as palavras do Senhor.

O DR. ELIEZER BATISTA DA SILVA — Faço.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, o debenturista poderia ter o direito a sua conversão é, em seguida, à subscrição da debênture, há uma parcela de debenturistas que, evidentemente, pôde fazer a conversão, evidentemente. V. S.ª concorda?

O SR. — Sim, mas é importante salientar que as debêntures foram lançadas no final de 81, já em novembro e, efetivamente, chegaram no mercado no início de 1982, então, elas não teriam mais aos dividendos de 1981, mesmo porque eles já tinham sido pagos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Consulto o Dr. Eliezer e faz como suas estas palavras?

O SR. ELIEZER BATISTA — Faço.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — De qualquer maneira, a empresa continuou distribuindo dividendos nesse nível em que há uma enorme descontinuidade de 5,6 milhões de dólares, para o nível de 34 até o ano de 1984, que é o último conhecido, que é equivalente a 44 milhões de dólares.

Aí surge uma outra questão, Sr. Presidente da Vale do Rio do Doce, é a mudança do critério da correção monetária nos balanços da empresa. Esse critério muda, se não engano, em 1983, se antes a empresa fazia correção monetária em termos do art. 241, da Lei nº 6.404. Se ela continuasse a fazer a correção pelos critérios anteriores, ela teria que apresentar, no seu balanço, um enorme prejuízo contábil. De acordo com os dados da SEST, a empresa vinha adotando um critério de correção monetária até o ano de 82, quando ela realiza um lucro de 124 bilhões de cruzeiros. No ano de 83, ela apresenta um lucro de 196 bilhões de cruzeiros. Mas, se fosse mantido o mesmo critério de 82, de acordo com os dados da SEST, ela teria apresentado um prejuízo de 542 bilhões de cruzeiros; e, no ano de 84, ela apresentou um lucro de 1 trilhão, 692 bilhões de cruzeiros e, se tivesse mantido o mesmo critério da correção monetária que acompanha a história da empresa, ela teria apresentado um prejuízo de 1 trilhão, 267 bilhões de cruzeiros.

Então, a minha pergunta é a seguinte: o que é que iluminou a Vale do Rio Doce para uma mudança radical, nos critérios da correção monetária, de tal modo que, na sua contabilidade, ao invés de surgir um prejuízo de 1 trilhão, 692 bilhões, surge um lucro de 1 trilhão, 267 bilhões?

O SR. — Bom, vou recorrer lá, de novo, ao Dr. França Pereira, que conhece muito melhor o assunto.

Com a palavra o Dr. França Pereira.

O SR. FRANÇA PEREIRA — Devo esclarecer, em primeiro lugar, o seguinte: a companhia passou a adotar esse limite, essa correção monetária limitada, com base no art. 241, da lei, a partir do exercício de 1980, ou seja, embora essa lei seja de 76, a Lei das Sociedades Anônimas, a Lei n.º 2.404, ela entrou em vigor em janeiro de 77; ela é de 76. Então, nos exercícios de 77, 78 e 79, a companhia veio corrigindo monetariamente o ativo, sem nenhuma limitação, embora já existisse essa lei. Mas a companhia não usou esse dispositivo do art. 241. A partir de 1980, então, o que aconteceu? Nós estávamos justamente envolvidos no processo de investimento pesado para o Programa Carajás. Então, nós passamos a limitar a correção monetária do ativo permanente, como uma forma de reduzir os lucros da companhia e, reduzindo o lucro da contabilidade — porque a correção monetária do ativo permanente, como o Sr. sabe, naturalmente, como empresário, é a contrapartida dela, é uma lançamento na conta de lucros e perdas como uma receita. Então, nós limitamos a correção monetária com o objetivo declarado — na época fui, inclusive, a reuniões da ABAMEC, a Asso-

ciação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais, e expus claramente isso para todos. Então, o objetivo foi reduzir o lucro da companhia através desse dispositivo legal, com o objetivo duplo de reduzir o pagamento do imposto de renda, porque era uma saída líquida de caixa da companhia, e com o objetivo também de reduzir o pagamento de dividendos, porque também é uma saída líquida de taxas da companhia, embora, no caso dos dividendos, possa se fazer uma chamada ao aumento de capital, de forma que ele retorne ao caixa da companhia, como de fato foi feito. Então, com o objetivo de diminuir o imposto de renda e diminuir os dividendos, nós ficamos três anos demonstrando lucros inferiores ao que normalmente a companhia demonstraria se fizesse a contabilidade sem usar esse dispositivo do art. 241. Na época, todos os analistas do mercado de capitais reclamaram muito dessa decisão da companhia, porque argumentavam que esse art. 241 não deveria existir na legislação, porque dava um tratamento diferente entre as empresas estatais com relação às empresas privadas, que não podem usar esse art. 241, e que a limitação da correção monetária não teria lógica econômica, uma vez que se a dívida é corrigida, e a correção monetária é uma despesa, o ativo também tem que ser corrigido e a correção monetária do ativo é uma receita que contrabalança a despesa da correção monetária da dívida, argumento esse rigorosamente correto e defendido por todos os autores e todos os livros sobre correção monetária que existem publicados, inclusive alguns do atual diretor da CVM, que é um grande especialista da matéria.

Então, apesar da argumentação que, estrutural e economicamente estava correto, não deveríamos limitar a correção monetária, mesmo assim foi limitada a correção monetária, usando de uma disposição legal e, ao mesmo tempo, obtendo-se como resultado menores dividendos, o que evidentemente não agradava ao mercado e menor imposto de renda o que também não agradava ao Governo, porque recebia menos imposto de renda, mas tudo em benefício do fluxo de caixa da companhia.

Quando chegou em 1983, esse critério foi modificado. Por quê? Porque com a maxidesvalorização que ocorreu na época, não poderíamos mais apresentar a correção monetária da dívida como uma despesa que sofreu, abruptamente, um aumento de 30% e não apresentar correção monetária do ativo e demonstrar, não o lucro menor da companhia, mas o grande prejuízo, como o senhor mesmo acabou de nos expor, para evitar que a companhia mostrasse um prejuízo que seria artificial, porque a correção monetária deveria ser feita. Então, o que foi feito? Passamos a não mais limitar a correção monetária, paramos de utilizar o art. 241 da Lei e, ao mesmo tempo, fizemos o lançamento integral da correção monetária da dívida, em decorrência da maxidesvalorização, porque a legislação nos permitia três alternativas. Poderíamos diferir isso ao longo de alguns anos, não o fizemos, lançamos diretamente no exercício, mas, ao mesmo tempo, lançamos, estornamos todas as correções limitadas do passado e passamos a fazer a correção monetária integral, não só no exercício, como dos exercícios anteriores e, passamos, ao mesmo tempo, a lançar as despesas do Carajás, a correção monetária da dívida tomada para o Carajás, também em lucros e perdas, em vez de ficar lançando no diferido, o que nos daria, depois de alguns anos, uma verdadeira bomba de retardo, porque teríamos que absorver toda essa despesa que teria sido diferida. De modo que todos esses argumentos foram largamente explicados por mim, pessoalmente, que, na época, era diretor financeiro ou vice-presidente, sucessivamente, aos analistas do mercado de capitais em reuniões trimestrais na ABAMEC; isso saiu comentado em todos os jornais, foi amplamente esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Estamos próximos ao final de nossa reunião. Consulto o Dr. Eliezer se tem algo a acrescentar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — De acordo com informações do Dr. França Pereira e que são claras, esta mudança ocorre no momento em que a empresa, que vinha melhorando a sua caixa, aproveitando o sistema

anterior de correção monetária e também se beneficiando dos encargos do imposto de renda, porque era o que lhe permitia a legislação.

Ora, a mudança de critério evita que a empresa apresente prejuízo; quer dizer, ela vem adotando um critério e, de acordo com este, tem determinado lucro. Mudando o critério, ao invés de apresentar um prejuízo de 1 trilhão e 600 ou 700 bilhões, apresenta um lucro de 1 trilhão e duzentos e sessenta e sete bilhões. Agora, este lucro não significa caixa. Ora, é exatamente em 83 e 84, que, para manter, exatamente no momento em que há um maior volume de conversões, em que os acionistas privados da empresa estão alcançando 49% das ações e que a empresa distribui dividendos, que não poderia distribuir, se apresentasse um balanço negativo, utilizando os critérios anteriores. Então, é nesse momento que ela continua a manter um mesmo nível de distribuição de dividendos de 31 milhões, de 44 milhões de dólares que, nessa altura, atinge pesadamente estes subscritores de ações convertidas a partir das debêntures.

Então, minha questão é esta. Há uma mudança de critério, onde a empresa passa, então, a ter um imposto de renda mais pesado, passa a sofrer porque, ao invés de um prejuízo, no qual não teria imposto de renda nenhum a pagar, ela oferece um lucro que, evidentemente, não serão as condições especiais que esse pagamento possa ser diferido e isso aí permite, à Vale, continuar a distribuir um dividendo, que já tinha sido multiplicado, dois anos antes, e que atinge em cheio aqueles tomadores de debêntures.

O SR. — Estes assuntos foram suficientemente esclarecidos no depoimento do Dr. Samir, que estão escritos e distribuídos aos Srs., mas de qualquer maneira, eu pediria ao Dr. Wilson para dar informações adicionais sobre isso.

O SR. — Dr. Wilson, com muita brevidade, porque estamos chegando ao término da reunião.

O SR. — Realmente, a correção monetária ativa não representa ingresso de recursos no caixa. Mas é importante salientar que a correção passiva também não representa saída de caixa. Então, uma coisa contrabalança com a outra. Realmente, não há saída de caixa. Nem a entrada, nem a saída, no caso, da correção da dívida.

O SR. SEVERO GOMES — Mas a presença do lucro é que permite a continuidade na distribuição de dividendos. Com prejuízo, a empresa se vê em grandes dificuldades de explicar que, tendo no balanço um prejuízo superior a 1 trilhão de cruzeiros, que ainda fossem distribuídos dividendos.

O SR. — Isso é o que foi dito atrás. Os dividendos também não representaram saída de caixa para a companhia, visto que houve o aumento de capital correspondente.

O SR. SEVERO GOMES — Realmente, houve essa tomada das ações, e, de qualquer maneira, esse aumento de capital significa o quê? A perda por parte do Tesouro Nacional de parcelas maiores de suas ações.

O SR. — Não, porque ele sempre participou dos aumentos de capital, através também da reinversão de dividendos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Consulto ao Dr. Eliezer se tem alguma coisa a acrescentar. Com a palavra o Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Aqui, também surgiu uma informação a respeito de um certo tipo de concentração que teria havido por parte dos tomadores dessas ações e V. S.ª disse que a empresa não tem o menor conhecimento. Essa informação quem trouxe à Comissão foi o Dr. Antônio Ermírio de Moraes e V. S.ª entendeu que isso era, de uma certa maneira, fruto de uma imaginação doentia do Dr. Ermírio de Moraes.

O SR. ELIEZER BATISTA — Não foi isso que eu disse. Não usei "imaginação doentia" do Dr. Ermírio de Moraes, longe de mim dizer isso, apenas, de alguém que estou percebendo que está querendo compor uma

figura que não existia na nossa cabeça. Então, é claro que, se eu imagino uma coisa que está errada, é claro que vou procurar todas as coisas que ajudem a compor um quadro. Foi isso que eu disse. Agora, quanto à distribuição, foi dada uma relação de todos os tomadores das debêntures? Há uma lista dos tomadores que foi distribuída já aqui anteriormente.

O SR. SEVERO GOMES — Creio que a maioria já converteu e tem ações ao portador, não é isso?

O SR. — Não sei.

O SR. — Caberia informar três fatores nesse caso. Primeiro, os lançamentos foram objeto de ampla divulgação e cerca de oitenta instituições financeiras brasileiras participaram dos lançamentos. Os nomes BRADESCO e ITAÚ, que foram aqui referidos pelo Dr. Ermírio de Moraes, cabe esclarecer que o Banco ITAÚ, em nenhuma das emissões, participou dos lançamentos. O BRADESCO não participou do primeiro lançamento, mas sim da segunda e terceira emissões, como uma das oitenta instituições que participaram. Cerca de 800 pessoas físicas e jurídicas converteram as suas debêntures, sem nenhuma concentração específica em a ou b tipo de investidor, mesmo porque as fundações de seguridade, os grandes investidores institucionais, que, por força de resolução do Banco Central, eram obrigados a aplicar parte de seus ativos em debêntures convertíveis em ações ou ações.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Consulto ao Dr. Eliezer se faz como suas as palavras proferidas pelo Dr. Wilson.

O SR. ELIEZER — Faço.

O SR. SEVERO GOMES — A fim de obter informação, qual é a porcentagem das debêntures convertidas que foram convertidas em ações nominativas?

O SR. — Num trabalho que também foi distribuído, Senador Severo Gomes, V. Ex.ª tem hoje a posição do capital da Vale do Rio Doce, com base em 31 de outubro, que é a mesma de hoje. Temos a seguinte posição: o Tesouro Nacional participa com 50,68% do capital. Os órgãos — tudo em ações naturalmente nominativas — da administração direta, com 5,54%; também em ações nominativas e o público, em ações nominativas, participa apenas com 0,02% do capital total. O resto tudo são ações ao portador, mesmo porque sabem V. Ex.ª, as ações nominativas não têm quase nenhuma liquidez no mercado.

O SR. — V. S.ª poderia repetir o número?

O SR. — Pois não?? O público em ações nominativas possui 0,02%, em ações ordinárias nominativas — desculpem que esqueci das preferenciais — e, em preferenciais nominativas, 0,16%, ou seja, um total de 0,18% do total do capital, em ações nominativas.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Consulto ao Dr. Eliezer se faz suas as palavras proferidas.

O SR. ELIEZER BATISTA DA SILVA — Faço sim.

O SR. — A pergunta que fiz, Sr. Presidente, era se poderíamos obter informações do volume de debêntures convertidos e qual a porcentagem que foi convertida em ações nominativas para podermos ter a segurança de que essa informação, essas ações não pulverizadas pode ser comprovada.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Caso não o seja, nesse momento, pode ser enviado posteriormente.

O SR. — Temos aqui conosco. Pelo próprio quadro que apresentei de ações ordinárias, que é 0,02%, V. Ex.ª deduz facilmente o que foi convertido em ações nominativas, ou seja, 99,8% do total convertido de debêntures em ações foram na forma ao portador.

O SR. SEVERO GOMES — Enfim, nós chegamos à conclusão de que quase a totalidade dessas debêntures, que foram convertidas em ações ao portador, portanto, seria impossível saber se elas estão concentradas ou não. Poderia acontecer até de que o Dr. Antô-

nio Ermírio não tivesse uma imaginação tão doentia, mas que tivesse algum nível de informação.

O SR. — Mas, porque insistir nisso? Eu não disse isso do Dr. Ermírio. Será que estou sendo...

O SR. — Eu anotei até porque achei surpreendente...

O SR. — Eu não disse isso, tenho a maior consideração por ele. Não disse isso, disse apenas que o que estou sentindo está se imaginando uma composição de uma coisa que, para nós, é uma surpresa, quer dizer, estou procurando onde está, porque formar este quadro?

Eu não disse nada, só o fato de começar a imaginar esse tipo de composição. Há uma coisa pessoal, aí, não estamos absolutamente falando com relação ao Dr. Antônio Ermírio de Moraes. Pelo contrário, eu tenho uma grande consideração por ele, ele é um grande brasileiro e não se trata absolutamente disso.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, não é só o Dr. Antônio Ermírio que tem esse tipo de imaginação incendiada. No depoimento do Dr. Osvaldo Cordeiro de Farias, ele diz o seguinte: Eu vou ler textualmente embora, como diz o Senador Roberto Campos, as frases sejam um pouco desarrumadas:

"Agora, neste caso específico, infelizmente, o número de ações concentrou-se em grandes grupos. Conseqüentemente, numa empresa estatal, que tem 100 ou 80% de suas ações nas mãos do Governo ou de autarquias — conseqüentemente mãos do Estado, Estado e a Nação se confundem — o povo brasileiro é detentor de 80% das ações da Vale, e hoje, como os dados mostram, é de cerca de 50."

A grande maioria das ações se concentrou em grupos. Então me parece que acabou uma coisa que imaginou-se de um jeito e terminou como uma espécie de privatização monopolista. Eu não sei se o Sr. está me entendendo, quer dizer, que aquilo que é geral, acabou em uma privatização monopolista. Acho que houve talvez erro de nós todos em não procurarmos uma destinação maior, após o lançamento da primeira emissão de debêntures, senão não haveria uma maneira de pulverizar mais essas ações. Quer dizer, o Dr. Cordeiro de Farias, Diretor até pouco tempo, e presumivelmente, com informações, porque era o Diretor da Empresa, repete as mesmas palavras do Dr. Antônio Ermírio, com uma diferença, que o Dr. Antônio Ermírio indigou algumas empresas, coisas que não acontece no depoimento do Dr. Cordeiro de Farias. Eu pergunto a V. S.ª se não acha estranho que o mesmo tipo de imaginação do Dr. Antônio Ermírio, e do Dr. Cordeiro de Farias, coincidam em apontar esse tipo de concentração e levando-se em consideração que como mais de 90% dessas ações foram convertidas, ao portador, seria impraticável negar ou afirmar, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu quero informar à Comissão que normalmente nós encerramos as 12 horas e 30. Mas como essa reunião começou com 20 minutos de atraso, nós vamos encerrar definitivamente as 10 para as 13 horas, e se for necessário será convocada uma outra reunião.

O SR. — Sr. Presidente, só para uma questão de ordem. É porque foi colocada aqui uma questão e para o meu entendimento eu preciso de um esclarecimento antes do Dr. Eliezer responder. É o seguinte. O Senador Severo Gomes está sempre falando em concentração. Eu quero saber: concentração de ações preferenciais ao portador, sem direito a voto, ou não?

O SR. SEVERO GOMES — Nobre Senador, as ações da Vale têm uma característica especial, todas as ações tem direito a voto. As ações preferenciais podem ter alguma limitação, mas todas elas têm direito a voto e influem nas decisões da Empresa. Não é como esse tipo de ação preferencial, com vantagens de dividendos e de votação para determinados casos.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Quero informar que estão inscritos depois do Senador Severo Gomes, o Deputado Paulino Cícero, o Deputado Israel Pinheiro, porque o Senador João Calmon prefere fazer as indagações posteriormente aos Srs. Deputados. Concedo a palavra ao Dr. Eliezer Batista.

O SR. ELIEZER BATISTA DA SILVA — Eu gostaria mais uma vez, de recorrer ao Dr. Wilson. Dr. Wilson, primeiro que as debêntures ao serem convertidas em ações, nós temos como verificar quem está convertendo, porque, naquele momento, a pessoa se identifica para que sejam entregues às ações, posteriormente. Essa relação de quem converteu suas debêntures em ações foram entregues aos Srs. Senadores quando da palestra do Sr. fazem parte de um conjunto em que o debate é esse assunto de debêntures.

O segundo ponto é que as ações da Vale, hoje, são consideradas as ações mais líquidas no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, não acreditamos que haja, num certo momento, grande concentração de ações. O que eu posso afirmar aos Srs. é o seguinte: como as ações são ao portador, se o Sr. me perguntar hoje, agora, quem são os detentores das ações, eu não saberia dizer porque elas mudam de mão todo dia. Como nós temos como identificar isso, é no momento de pagamentos de dividendos, onde então o acionista apresenta a sua ação e é identificado. Eu posso garantir ao Sr. que não existe nenhuma concentração das ações da Vale. As ações são extremamente espalhadas entre cerca de 50 mil acionistas.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Consulto o Dr. Eliezer se faz como suas as palavras do Dr.

O SR. ELIEZER BATISTA DA SILVA — Eu completaria dizendo o que, pelos levantamentos, não existe ninguém com mais de 5% de ações da Companhia, com base nos últimos dividendos pagos.

O SR. — Então não procede a informação de que um só tenha 20%?

O SR. — Não. Não.

O SR. — Porque foi citado aqui que tinha um grupo com 20%.

O SR. — Não tem.

O SR. — É um dado mais...

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Volta a falar o Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Diante dessa explicação, eu perguntaria: quem vai converter uma debênture tanto pode ser uma empresa, como pode ser o boy do escritório, e ele será identificado.

O SR. — A debênture é ao portador. Eu não acredito que alguém entregaria para um boy uma grande concentração de papéis para convertê-los em ações.

O SR. SEVERO GOMES — Talvez não entregasse para o boy mas para o caixa do escritório. Então, essa identificação pode não guardar nenhum nexos com a realidade.

O SR. — Senador, veja bem, aí acho que estamos partindo para elucubrações porque, realmente, pela relação que foi apresentada aos Srs. Senadores, a grande concentração de convertedores de debêntures está nas fundações, nos investidores institucionais. O boy, possivelmente, seria uma pessoa física. Na própria relação que apresentamos aos Srs., 285 pessoas físicas converteram as suas debêntures. O resto foram os institucionais.

Eu pediria ao Senador Severo Gomes que se pudesse deixar tempo para o Relator, nós o convocaríamos numa outra oportunidade.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, eu tenho questões ainda a colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Mas é que nós temos uma regulamentação, e naturalmente,...

O SR. SEVERO GOMES — Teremos que transferir a continuação desse depoimento para um momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu estou certo de que essa é a melhor oportunidade, quer dizer, poderemos em outra oportunidade, continuar com esse depoimento.

Como o tempo está escasso, neste momento, passo a palavra ao Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Eu só queria levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Pois não.

O SR. SEVERO GOMES — V. Ex. está convocando o Presidente da Vale do Rio Doce para continuar o seu depoimento, possivelmente depois do recesso Legislativo. Poderíamos até marcar para a primeira semana ligada ao término do recesso Legislativo. É a minha proposta.

Temos sessão do Congresso. Poucas vezes, nesta Casa, tivemos tanto trabalho, tanta matéria para votar.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Nós estaremos convocando para amanhã com o Professor Guerreiro a conclusão dessas questões.

O SR. SEVERO GOMES — Se tivermos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Se tivermos tempo. Com a palavra o Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, em virtude do adiantado da hora, e como há 2 Deputados Federais que desejam formular perguntas ao Depoente, eu acredito que seja melhor dar uma oportunidade aos nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Deputado Paulino Cícero.

O SR. PAULINO CÍCERO — Agradeço a atenção do nobre Senador João Calmon, e vou ser bastante breve, Sr. Presidente.

Eu vejo aqui, na página 34, do relatório apresentado pelo Presidente da Vale do Rio Doce, que o ano em que o perfil acionário da empresa acusou o maior risco quanto ao controle por parte do Poder Público Federal, foi no ano de 1984. Ele acusa 50,8% de ações da Vale em mãos do Tesouro Nacional, 5,5% em mãos da administração indireta, e 43,7% com o público tomador de ações. Evidentemente esse resultado e esses percentuais, esse perfil representa a cristalização de momento, possivelmente o momento do pagamento dos dividendos. Então, a indagação a ser formulada seria a seguinte: se em algum outro momento, ao longo do exercício financeiro de 1984, houve outro perfil acionário, que maior grau de risco oferecesse para o controle do Poder Público, e o mesmo no ano de 1985?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Dr. Eliezer, que a transfere ao Dr. Luiz.

O SR. LUIZ — Conforme foi noticiado bastante, inclusive na imprensa, em maio de 1984, quando estávamos pagando dividendos, houve um momento em que se tirássemos um retrato do capital da Vale, naquele momento, considerando todas as subscrições já realizadas pelo público, e considerando que o Tesouro Nacional iria entrar só no último dia com sua subscrição, a composição seria 49,3%, como foi noticiado. Isso não quer dizer, naturalmente, perda de controle, porque não houve em nenhum momento, perda de controle, visto que, naquele momento, nós estávamos num período de subscrição e o recurso da União, para subcrever o seu capital, estava na Vale. Foi onde surge essa onda toda de que, um dia o controle teria sido perdido na Vale, o que realmente não aconteceu.

O SR. — O Sr. como Presidente da Companhia pode, então, confirmar de maneira categórica, que não houve qualquer grau de risco de o Governo Federal perder o controle acionário da Vale do Rio Doce?

O SR. — Categoricamente, mesmo porque estávamos acompanhando esse problema diariamente, todas as preocupações nossas foram concentradas nesse problema e nunca houve a intenção de fazer isso.

O SR. — Essa afirmação é categórica e definitiva?

O SR. — Categórica.

O SR. — Muito bem. Outra indagação que formulei ao Presidente da Companhia é quanto à questão da ALBRÁS, do Complexo Alumínio da Companhia Vale do Rio Doce. Tem sido dito e aqui na Casa aos poucos vai-se tornando quase um ato Parlamentar, a convicção de que a tarifa subsidiária de energia, para os empreendimentos da Região Norte do País, a Região Amazônica, representaria um atrativo sem paralelo em todo o mundo industrializado, e mesmo no mundo em desenvolvimento.

Isso, evidentemente, levaria a supor que as tarifas de energia elétrica, na Região Norte do País, fossem as mais baixas do mundo.

E nós temos informações de que as tarifas de energia, para a indústria de alumínio, no Canadá, na Austrália e mais dois países, são mais baixas do que as tarifas praticadas pela ELETROBRÁS e subsidiárias regionais, no norte do País.

O SR. — É verdade, o Canadá, inclusive, os novos empreendimentos hidroelétricos e a Company Financial Weerbock, que tem grande papel nisso, contratou com a Peichenet para a instalação de uma usina de alumínio lá, com as tarifas da ordem de 6 a 8 milésimos de dólares. Na Noruega existem até três, mas usinas antigas, já amortizadas e etc. E temos conhecimento de vários países, a Austrália entre eles, onde as tarifas são — digamos — mesmo na França as tarifas não são altas e a energia francesa composta de energia nuclear, inclusive não é muito cara. Então, 12 mil não é o valor mais baixo do mundo, absolutamente. Razão pela qual nós mesmos perdemos alguns empreendimentos que estávamos tentando para aumentar a produção de alumínio no Amazonas, perdemos porque o Canadá ofereceu condições mais vantajosas, em matérias de tarifas de energia elétrica, não só de alumínio mas, também, ferro-liga, silício metálico e coisas assim.

O SR. PAULINO CÍCERO — Bom, Presidente, diante desse quadro e mais desse despencamento a que assistimos recentemente do preço de alumínio, que caiu de 1.700 dólares a tonelada de alumínio metálico para em torno de 1.050 a 1.100 dólares, eu gostaria de fazer uma pergunta que fica muito na área da logística empresarial da Companhia Vale do Rio Doce. Nós sabemos que foi essencial o empresamento de Carajás, para que a Vale do Rio Doce pudesse alargar os horizontes de sua ação econômica dentro do País, para sua própria estabilidade, como fornecedora de matéria-prima e, também, como agente de desenvolvimento de áreas diversas do País.

Carajás é um dado essencial ao desenvolvimento da empresa e sua sustentação. Aí, surge, também, a minha indagação: e o alumínio, é um grande negócio para a companhia? Esse quadro que aí está desenhado está figurado, mostra que, hoje, se fosse iniciar a atividade, a Vale deixaria de entrar no campo do alumínio?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu peço ao Dr. Eliezer que seja breve, porque nós vamos encerrar e continuar amanhã e amanhã quem quiser continuar as indagações, às 9 horas e 30 minutos, retomaremos a reunião.

O SR. — Bem, Deputado, eu diria o seguinte: da mesma maneira que nós dissemos, anteriormente, para o caso do ferro, vão sobreviver os produtores mais competitivos. Mesmo que se admita que o alumínio é melhor, e no caso mundial e achamos que vai melhorar, mas em grande parte pela redução de produção nos países de energia elevada, como está acontecendo. Quer dizer, esses níveis baixos de preços, conduzem automaticamente ao fechamento de usinas em todos os países onde o custo de energia não é compatível com o mercado. Isso provoca evidentemente uma melhoria da rela-

ção oferta e demanda, e provoca um aumento do preço, no qual, levando-se em conta a nossa filosofia de trabalhar em sistema e, eventualmente entrar até na transformação, para que melhoremos as condições de lucro, o alumínio poderá ser um bom negócio para a empresa, desde que a política de alumínio dela se conduza nessa direção, de trabalharem integralmente, procurando cada vez mais reduzir custos. Creio que temos uma oportunidade ainda no alumínio no contexto mundial, de ser um metal, a partir do Brasil, porque as nossas condições, apesar de tudo, ainda são favoráveis.

O SR. — Eu pediria aos Srs. Deputados que deixassem as questões para amanhã.

O SR. — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Deputado, para uma questão de ordem.

O SR. — Sr. Presidente, não haveria a possibilidade de dilatarmos mais um pouco essa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Não podemos, porque temos uma reunião, e vamos fazer amanhã às 9 horas e 30 minutos uma segunda rodada. O Senador Milton Cabral tem indagações a fazer, o Senador Severo Gomes, além do Relator, e o Dr. Eliezer estará aqui convocado para às 9 horas e 30 minutos e, em seguida, o Professor Gabriel Guerreiro.

Está encerrada a reunião.